



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

NOÊMIA KARINA ARAÚJO DA SILVA

A PERCEPÇÃO DOCENTE ACERCA DO COMPONENTE
CURRICULAR PROJETO DE EMPREENDEDORISMO MINISTRADO
NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

JOÃO PESSOA
2017

NOÊMIA KARINA ARAÚJO DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOCENTE ACERCA DO COMPONENTE
CURRICULAR PROJETO DE EMPREENDEDORISMO MINISTRADO
NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Profissional em Gestão nas
Organizações Aprendentes em cumprimento às
exigências para conclusão do Mestrado
Profissional em Gestão nas Organizações
Aprendentes.**

Orientador: Prof. Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos

JOÃO PESSOA

2017

NOÊMIA KARINA ARAÚJO DA SILVA

**A PERCEPÇÃO DOCENTE ACERCA DO COMPONENTE
CURRICULAR DE EMPREENDEDORISMO MINISTRADO NO
ENSINO MÉDIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

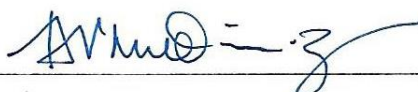
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Profissional em Gestão nas
Organizações Aprendentes em cumprimento às
exigências para conclusão do Mestrado
Profissional em Gestão nas Organizações
Aprendentes.

DATA 06/02/17

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos
MPGOA/UFPB – Presidente/Orientador



Prof. Dra. Adriana Valéria Santos Diniz
MPGOA/UFPB – Examinadora Interna



Prof. Dr. Carlos Eduardo Cavalcante
PPGA/UFPB – Examinador Externo

Ao meu maravilhoso **Deus**,
Por todas as bênçãos e
Por tudo que representa em minha vida.

À minha amada Família: **Clóvis, Josefa,**
Maria Eduarda, Maria Alice e Flávio.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo seu amor misericordioso e incondicional, por todas as vitórias alcançadas em minha vida. Por estar sempre presente, me conduzindo e me guiando pelas estradas da vida.

Ao meu pai Clóvis, por ter sido sempre presente e exemplo em minha vida. Pelas cobranças necessárias em minha formação, no sentido de me tornar uma profissional responsável, experiente e de sucesso.

À minha mãe querida e amada. Por todo o amor e dedicação que sempre demonstrou com sua família. Pelo seu exemplo em minha vida. Pela educação de mulher forte, ética, dedicada, equilibrada e religiosa, base de todas as minhas crenças e virtudes.

Às minhas amadas filhas Maria Eduarda e Maria Alice. Para que se tornem mulheres de bênçãos e virtudes. Por todo o apoio, carinho, paciência e compreensão nessa minha caminhada de aprendiz e por sempre torcer pelo meu sucesso.

Ao meu namorado Flávio Cavalcanti, pelo incentivo e apoio em toda a minha trajetória do Mestrado. Pelo carinho, dedicação e amor que sustentam o dia-a-dia do nosso relacionamento e comemorando comigo a cada etapa vencida.

Ao Professor Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos por sua atenção, orientação e ensinamentos.

À Professora Dr^a. Adriana Diniz pelos ensinamentos e orientação. Pelo exemplo de profissional, dedicada e responsável com seus aprendizes. Pelo amor e atenção que sempre transmite.

Ao Professor Dr. Rosivaldo de Lima Lucena, pela sua presença educativa, pela valiosa orientação e contribuição com meu trabalho de pesquisa. Pela disponibilidade sem igual e pelo suporte tanto presencial como à distância.

As minhas amigas e primas que sempre me incentivaram, ajudaram nas dificuldades e torceram por mim sempre.

Aos colegas de trabalho, professores e gestores da Rede Estadual de Educação de Pernambuco, que me auxiliaram na pesquisa e contribuíram para que esse estudo se tornasse realidade.

Sendo impossível citar todos os nomes, agradeço a todos que, de alguma forma, cooperaram para realização deste trabalho e torceram pelo meu sucesso.

"À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele."

Jacques Delors

SILVA, Noêmia Karina Araújo da. **A percepção docente acerca do componente curricular Projeto de Empreendedorismo ministrado no Ensino Médio público do Estado de Pernambuco.** Trabalho de Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

RESUMO

A presente pesquisa teve o objetivo de estudar a percepção docente acerca do componente curricular Projeto de Empreendedorismo ministrado no ensino médio público do Estado de Pernambuco. Para tal foi realizada uma pesquisa qualitativa, com quinze docentes lotados na Gerência Regional de Educação Recife Sul, através da metodologia de entrevistas, que buscou obter as experiências de vida profissional de cada docente. No início da pesquisa foi necessário buscar referências teóricas que subsidiassem conceitos básicos inerentes às temáticas centrais. Nesse sentido, para a realização deste estudo tornou-se necessário conhecer a origem histórica do Empreendedorismo e o seu vínculo com a educação formal; entendendo também a sua incorporação nos processos associados aos projetos da educação empreendedora pernambucana, apoiados nos autores que abordam essa tendência inovadora no âmbito escolar; além de traçar um panorama atual sobre o Ensino Médio no Brasil e a sua reestruturação no Estado de Pernambuco à luz das contribuições dos ‘Quatro Pilares da Educação’ de Delors (1998). Posteriormente à realização da entrevista e utilizando-se de normas para a transcrição foi feita a análise de conteúdo dos depoimentos dos docentes entrevistados. Os resultados dos depoimentos com similaridades em experiência profissional trazem à luz do conhecimento os enfrentamentos na prática educativa relatados pelos docentes envolvidos no projeto educacional de Empreendedorismo.

PALAVRAS-CHAVES: Empreendedorismo Educacional; Ensino Médio; Educação Integral.

SILVA, Noêmia Karina Araújo da. **The Teaching Perception about the Curricular Component Project of Entrepreneurship taught in the Public High School of the State of Pernambuco.** Master's Thesis, Federal University of Paraíba, João Pessoa, PB, Brazil.

ABSTRACT

The present research had the objective of studying the teacher perception about the project of Entrepreneurship as a Curriculum Component taught in the public High Schools of the State of Pernambuco, Brazil. For that, a qualitative research was carried out, with fifteen teachers from the Gerência Regional de Educação Recife Sul (Regional Management of Education - South Recife), using interviews to obtain the professional life experiences of each teacher. At the beginning of this research it was necessary to seek for theoretical references that subsidized basic concepts inherent to the central themes. In this sense, for the accomplishment of this study it was necessary to know the historical origin of the Entrepreneurship and its link with the formal education; also understanding its incorporation in the processes associated to the projects of the entrepreneurial education in the Pernambuco state, supported by the authors that board this innovative tendency in the school environment; beyond to outline a current panorama on High School teaching in Brazil and its restructuring in the State of Pernambuco, with basis on the contributions of Delors' 'Four Pillars of Education' (1998). After the interview, and using norms for the transcription, it was proceeded the analysis of the content of the testimonies given by the interviewed teachers. The results of the statements with similarities concerning to the professional experience showed the confrontations in the educational practice reported by the teachers involved in the project of educational entrepreneurship.

KEYWORDS: Educational Entrepreneurship; High school; Integral Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Especialistas avaliando o Brasil segundo os fatores limitantes e favoráveis à atividade empreendedora, Brasil-2015.....	30
Figura 2 - Funcionamento da JUNIOR ACHIEVEMENT Brasil.	40
Figura 3 - Gerências Regionais de Educação do Estado de Pernambuco.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Empreendedorismo segundo o estágio dos empreendimentos – Brasil 2015.	28
Tabela 2 - Percentual da população de 18 a 64 anos sendo a mentalidade empreendedora.....	29
Tabela 3 - Recomendações dos especialistas: áreas de intervenção para melhoria das condições para empreender no país – Brasil – 2015.....	31
Tabela 4 - Percentual da população do total de empreendedores (TTE) segundo a busca de órgãos de apoio – Brasil -2014.	31
Tabela 5 - Distribuição dos empreendedores segundo os motivos que o levaram a não buscar um órgão de apoio – Brasil – 2014.....	32
Tabela 6 - Evolução do histórico do Empreendedorismo, até o ano de 1999 (HENRIQUE; CUNHA, 2008).....	33
Tabela 7 - Dados pessoais dos docentes entrevistados.....	66
Tabela 8 - Dados profissionais dos docentes entrevistados.....	66
Tabela 9 - Recursos, estratégias de ensino e avaliação dos docentes entrevistados.....	68

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério

GEM – Global Entrepreneurship Monitor

GENESIS – Geração de Novas Empresas de Software Informação e Serviços

GRE Recife Sul – Gerência Regional de Educação Recife Sul

IBQP – Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade

IDEPE – Índice de Desenvolvimento Educacional de Pernambuco

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MEI – Microempreendedor Inicial

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PAR – Plano de Ações Articuladas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PNBE – Programa Nacional de Biblioteca Escolar

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PNT – Programa Nacional de Transporte

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRODEB – Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica

PROEMI – Programa Ensino Médio Inovador

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

REUNE – Rede Universitária de Ensino de Empreendedorismo

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SEEP – Secretaria Executiva de Educação Profissional

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI - Serviço Nacional Aprendizagem Industrial

SOFTEX – Sociedade Brasileira para Exportação de Software

TEA – Taxa de Empreendedorismo em Estágio Inicial

TEAR – Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação

TTE – Taxa Total de Empreendimentos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 DELIMITAÇÃO DO TEMA E FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 JUSTIFICATIVA	19
1.3 OBJETIVOS	22
1.3.1 Objetivo Geral.....	22
1.3.2 Objetivos Específicos.....	22
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1 CONCEITOS E ABORDAGENS SOBRE O EMPREENDEDORISMO	23
2.2 EMPREENDEDORISMO EMPRESARIAL NO BRASIL	26
2.3 EMPREENDEDORISMO EDUCACIONAL NO BRASIL	32
2.4 INICIATIVAS DO ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NO BRASIL.....	37
2.5 O ENSINO MÉDIO COMO UM LUGAR PARA APRENDER A EMPREENDER	41
2.6 ENSINO MÉDIO NO BRASIL: POLÍTICAS E PRÁTICAS.....	41
2.7 ENSINO MÉDIO EM PERNAMBUCO	46
2.7.1 As escolas de referência pernambucanas	50
2.7.2 O componente curricular de Empreendedorismo no Ensino Médio das escolas de referência pernambucanas	52
2.7.3 Os quatro pilares da educação, nas escolas de referência pernambucanas	55
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	60
3.1 NATUREZA DO ESTUDO	60
3.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	60
3.3 QUESTÕES ÉTICAS	61
3.4 COLETA DE DADOS	61
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	62
4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS.....	65
4.1 PERFIL DO DOCENTE DE EMPREENDEDORISMO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE PE	65
4.2 MÉTODOS E TÉCNICAS MAIS UTILIZADAS	68
4.3 FATORES DIFICULTADORES/FACILITADORES E DESAFIOS	69
4.3.1 Fatores dificultadores	70

4.3.2 Fatores facilitadores	71
4.3.3 Desafios.....	71
4.4 CONTRIBUIÇÕES DOS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO (DELORS, 1998).....	72
4.4.1 Aprender a Ser.....	72
4.4.2 Aprender a Conhecer	73
4.4.3 Aprender a Fazer	74
4.4.4 Aprender a Conviver	75
5 CONCLUSÃO.....	78
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	90
ANEXOS	97

1 INTRODUÇÃO

1.1 Delimitação do tema e formulação do problema de pesquisa

As políticas educacionais brasileiras estão ligadas aos interesses da sociedade no atendimento dos anseios da população e na implementação de ações que possam resultar em melhorias para o processo de aprendizagem.

Nesse contexto, o Brasil vem aplicando programas direcionados para as políticas sociais, tendo em vista diminuir as desigualdades, distribuir riquezas e oportunidades, melhorando dessa maneira as condições de vida para a coletividade.

O poder público abrange ações gestoras nas áreas da saúde, assistência social, movimentos culturais, comunicações e na educação escolar. Na perspectiva educacional, busca avanços no processo de aprendizagem criando possibilidades e alternativas para aumentar o índice de qualidade da educação brasileira.

Para Campos (2012, p.87),

A dinâmica social protagonizada, no decorrer do século XX, trouxe radicais modificações para a vida em sociedade. A escola, como instituição social, também será marcada pela força das políticas educacionais que à luz das reformas educacionais questionam o seu sentido e o seu significado diante da nova realidade. Neste cenário não basta na escola se aprender conhecimentos formais, é necessário aprender com a experiência, transformando-a em saberes que remetem a um saber-fazer.

Atualmente o Brasil vem discutindo a qualidade da Educação Básica no Ensino Médio que é a última etapa desse nível de ensino, pois, segundo pesquisas atuais, existe uma quantidade significativa de estudantes que não conseguem ter acesso aos cursos superiores, de acordo com o texto avulso da Medida Provisória N ° 746, de 2016:

A situação piora na medida em que somente 16,5% dos jovens ingressam no ensino superior e 8% cursam educação profissional, ou seja, aproximadamente 75% da juventude torna-se invisível para os sistemas educacionais brasileiros e não conseguem sequer boa colocação no mercado de trabalho. (BRASIL, 2016).

Menos de 20% da população jovem ou que esteja cursando o Ensino Médio consegue ter acesso ao Ensino Superior, mesmo diante das ofertas de ingresso oferecidas pelo Governo Federal. Portanto, forma-se um contingente laboral sem qualificação, podendo fazer parte de um grupo que dificilmente conseguirá se inserir no mercado de trabalho.

Outras dificuldades que vem enfrentando o Ensino Médio brasileiro, de acordo com o texto avulso da Medida Provisória N º 746, de 2016, são:

7. Os dados educacionais publicados recentemente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP evidenciaram resultados aquém do mínimo previsto, isto é, 41% dos jovens de 15 a 19 anos matriculados no ensino médio apresentaram péssimos resultados educacionais.

9. Nos resultados do SAEB, o ensino médio apresentou resultados ínfimos. Em 1995, os alunos apresentavam uma proficiência média de 282 pontos em matemática e, hoje, revela-se o índice de 267 pontos, ou seja, houve uma queda de 5,3% no desempenho em matemática neste período. Os resultados tornam-se mais preocupantes, observado o desempenho em língua portuguesa: em 1995, era 290 pontos e, em 2015, regrediu para 267 – uma redução de 8%.

11. Essa realidade piora, sobretudo, ao se observar o percentual de alunos por nível de proficiência. No geral, mais de 75% dos alunos estão abaixo do esperado, e por volta de 25% encontram-se no nível zero, ou seja, mais de dois milhões de jovens não conseguem aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas de português e matemática.

12. O IDEB do ensino médio no Brasil está estagnado, pois apresenta o mesmo valor (3,7) desde 2011. No período de 2005 a 2011, apresentou um pequeno aumento de 8% e, de 2011 a 2015, nenhum crescimento. O IDEB 2015 está distante 14% da meta prevista (4,3) e 28,8% do mínimo esperado para 2021 (5,2). A situação piora quando se analisa o desempenho por unidade federativa, em que somente dois estados, Amazonas e Pernambuco, conseguiram atingir a meta prevista para 2015. (BRASIL, 2016).

Dessa maneira, a reforma do Ensino Médio visa constituir um novo modelo de educação para adequar as instituições à realidade do mundo do trabalho e ao contexto atual da sociedade brasileira.

Segundo Campos (2012), a sociedade tem o seu retorno social na medida em que se tem uma força de trabalho bem qualificada. Não restam dúvidas de que a escola pode formar indivíduos competentes para gerar mais renda e para que o estado possa arrecadar mais.

A Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, em 2011, atendendo às exigências legais, inovou a política educacional ao trazer para o currículo das Escolas de Referência em Ensino Médio o componente curricular Projeto de Empreendedorismo.

Nessa conjuntura, surge a importância da inclusão do Empreendedorismo no ensino público, como proposta de suprir a necessidade de empregabilidade dos estudantes que terminam esse ciclo de ensino.

É importante considerar que a educação para o Empreendedorismo tem o propósito de dar ao estudante uma postura empreendedora através de conhecimentos específicos sobre o mercado do trabalho.

Essa tendência mercadológica e educacional tem o objetivo de desenvolver competências e habilidades para que o aluno possa reconhecer e utilizar as oportunidades de engajamento com autonomia e independência no mundo dos negócios.

Conforme Dornelas (2008, p.6),

O momento atual pode ser chamado de a era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que estão eliminando barreiras comerciais e culturais, encurtando distâncias, globalizando e renovando os conceitos econômicos, criando novas relações de trabalho e novos empregos, quebrando paradigmas e gerando riqueza para a sociedade.

O processo de mudança na vida moderna envolve características especiais no desenvolvimento tecnológico e científico, exigindo que a educação também se modernize para acompanhar essas transformações do mundo atual, na produção do conhecimento e na construção e aplicação de novas tecnologias para geração de riqueza.

De acordo com Campos (2012, p.19),

A escola do futuro se faz hoje. Num mundo globalizado, em permanente mudança, contextualizando-a como instituição estratégica, com uma identidade, desenvolvendo-se como projeto coletivo, de atores e sujeitos: uma comunidade de aprendizagem. Os desafios diante das pressões do neoliberalismo são imensos, mas a escola como instituição emancipadora deve-se afirmar como espaço de rebeldia.

Goergen (2010, p.13) defende que a “globalização, informação e mobilidade são certamente três características do nosso tempo. O mundo encontra-se interligado do ponto de vista econômico, político, técnico e cultural”.

A globalização trouxe ao mundo empresarial mudanças tão rápidas e profundas, que provocam a necessidade de estar cada vez mais aprimorando profissionais, produtos, serviços e informações, inclusive na área da educação. Para alcançar essa demanda priorizam investir no potencial humano, capacitando profissionais e alunos para atender as necessidades atuais.

Segundo Dornelas (2008, p.6),

A chamada nova economia, a era da internet, mostrou recentemente e ainda tem mostrado que boas ideias inovadoras, *know-how*, um bom planejamento e, principalmente, uma equipe competente e motivada são ingredientes poderosos que, quando somados no momento adequado, acrescidos do combustível indispensável à criação de novos negócios – o capital – podem gerar negócios grandiosos em curto espaço de tempo. [...]. O contexto atual é propício para o surgimento de um número cada vez maior de empreendedores.

O mercado globalizado configura-se um imenso desafio na gestão de negócios e tem exigido maior competitividade das empresas e das pessoas para obter sucesso no âmbito educacional e empresarial, com grandes resultados.

Para Augusto Júnior (2015, p. 33):

O mundo do trabalho tem mudado significativamente. Cada vez mais se valoriza o papel do líder. O mundo, as empresas, as famílias precisam de líderes que sejam capazes de influenciar e inspirar pessoas para objetivos comuns, realizações de sonhos, atingimento de metas e execuções de projetos.

Portanto, o Empreendedorismo se encaixa nessa perspectiva de transformações econômicas e sociais que se expressam na sociedade plural, estruturando um novo alcance na formação empreendedora, abrindo possibilidades para educação profissional, voltados para a economia e o mercado empreendedor.

Botega e Franchi (2015) afirmam que “pessoas muito bem treinadas, se tornam empoderadoras, a ponto de continuarem inspirando outros a procurarem a congruência dos seus valores com o seu propósito de vida”.

Ainda sobre as características do empreendedor atual, é importante ressaltar o que as autoras Botega e Franchi (2015, p. 101.) descrevem como necessidade no enfrentamento das situações de risco: “O empreendedor tem busca ávida e constante por oportunidade e muita iniciativa, bem como avalia alternativas e calcula riscos deliberadamente. Tem exigência à qualidade e eficiência à flor da pele, são extremamente persistentes e comprometidos”.

Nesta perspectiva, os estudos sobre Empreendedorismo e empreendedores estabelecem um marco na formação empreendedora, atendendo às transformações que ocorrem em todos os setores da sociedade e em todos os níveis do conhecimento, visando que as pessoas alcancem maior nível de competência nas atividades que desenvolvem.

Para Dornelas (2008, p.7),

O fato é que o empreendedorismo finalmente começa a ser tratado no Brasil com o grau de importância que lhe é devido, seguindo o exemplo do que ocorreram em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde empreendedores são os grandes propulsores da economia. O empreendedorismo tem sido o centro das políticas públicas na maioria dos países.

Sendo assim, através do Empreendedorismo as pessoas podem reestruturar sua vida profissional e alavancar a economia do país; por isso, a inclusão desse componente no currículo educacional começa a ser um grande passo para aumentar o nível das atividades empresariais gerando dessa forma o desenvolvimento econômico e social.

Segundo Dornelas (2008, p.9),

A conjunção de um intenso dinamismo empresarial e rápido crescimento econômico, somados aos baixos índices de desemprego e as baixas taxas inflação [...] aparentemente apontam para a única conclusão: o empreendedorismo é o combustível para o crescimento econômico, criando emprego e prosperidade.

A educação empreendedora tem revelado casos de sucessos em diversos aspectos quando traz diferentes significados e abrangências para definições como empregabilidade, produtividade eficiente, educação profissionalizante, e outros conceitos importantes atrelados à economia e ao trabalho.

Nesse sentido, esse estudo busca conhecer a origem histórica do Empreendedorismo e o seu vínculo com a educação formal, para compreender sua inclusão no campo educacional, entender a sua incorporação nos processos associados aos projetos da educação empreendedora pernambucana, apoiados nos autores que abordam essa tendência inovadora no âmbito escolar e traçar um panorama atual sobre o Ensino Médio no Brasil, a sua reestruturação no Estado de Pernambuco e as contribuições dos “Quatro Pilares da Educação” Delors (1998).

1.2 Justificativa

O tema a ser tratado no presente trabalho é relevante devido ao cenário atual em que se encontra o Ensino Médio no Brasil, a partir da Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, que reformulou o formato e o conteúdo pedagógico desta etapa de ensino.

Suas principais mudanças estão no aumento da carga horária letiva, que atualmente é de 800 horas aulas anuais distribuídas em 200 dias letivos, e passe a ser progressivamente ampliada para 1.400 horas aulas; devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 02 de março de 2017; outra mudança significativa está no currículo, que será composto pela Base Nacional Comum (BNCC) e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos e das possibilidades dos sistemas de ensino, que são eles: 1. Linguagens e suas tecnologias; 2 Matemática e suas tecnologias; 3. Ciências da Natureza e suas tecnologias; 4. Ciências Humanas e Sociais aplicadas; 5. Formação Técnica e Profissional.

Essa mesma lei enfatiza que mediante disponibilidade de vagas na rede, os sistemas de ensino possibilitarão ao aluno conculinte do Ensino Médio cursar mais um itinerário

formativo, determina também que o Ensino Médio poderá ser organizado em módulos e adotar o sistema de créditos com terminalidade específica (BRASIL, 2017).

Para Siqueira (2016, p. 42),

É preciso tratar o Ensino Médio no plural e, justamente por isso, é quase consenso que a etapa deve ter algum grau de flexibilidade curricular. Por outro lado, também é necessário cuidado para que o conjunto de opções e sua estrutura não aprofundem ainda mais as desigualdades.

Todos os sistemas de ensino brasileiros deverão se debruçar diante da Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, para reformular o Ensino Médio e cumprir o que está posto na nova lei.

O Estado de Pernambuco em 2007 introduziu uma política de reestruturação do seu Ensino Médio na rede pública estadual de educação. Como resultado dessa política, em 2015, Pernambuco se consolidou como o estado brasileiro que mais cresceu nessa década, no Ensino Médio (BRASIL, 2016).

Fez parte dessa nova conjuntura, a ampliação da rede de escolas integrais e a mudança curricular. No ano de 2011, houve a implantação do componente curricular Projeto de Empreendedorismo no currículo das escolas integrais, semi-integrais e escolas técnicas da rede estadual de Pernambuco.

O Empreendedorismo ganhou relevância na atualidade. E, por essa razão, chegou a Educação Básica. As abordagens sobre Empreendedorismo têm vinculações estreitas com as discussões sobre o mundo do trabalho e suas exigências em tempo de crise do emprego formal e dos discursos da empregabilidade e inovação.

Com o ensino voltado para uma educação empreendedora, o que se busca, de acordo com Fernando Dolabela, é que, ao preparar empreendedores, a escola cumpra sua missão de preparar protagonistas capazes de construir sua própria história e de criar um futuro que melhore a vida de todos (NÓBREGA, 2015).

Sendo assim, Lage (2015, p. 62) ressalta:

É realidade: a nossa educação apresenta uma formação desproporcional, fruto dos conflitos entre conteúdos e resultados. O que temos de real são números que envergonham. Educação tem que competir para existir qualidade; desafiar para suplantarmos o conformismo que equivoca a aplicação de conteúdos com desenvolvimento humano; cumprir calendário, com execução de metas.

Para este mesmo autor, ele reforça a importância da educação empreendedora, desde a mais tenra idade:

Empreendedorismo é a arte de transformar comportamentos por meio da ação consciente que impulsiona a decisão coesa, independentemente da situação. Pois, assim como os sonhos, que abroglham de um desejo, o Empreendedorismo na vida da criança deve despontar como rota para conduzir ao crescimento humano. (LAGE, 2015, p. 62).

De acordo com Gimenez et al. (2014, p. 12), “um dado alarmante é que o principal motivo para a evasão escolar não é a falta de acesso, ou a falta de renda, mas sim, a falta de interesse na escola”. Nesse sentido, o ensino integral pernambucano vem buscando transformar o Ensino Médio das escolas, para torná-las mais atrativa para os jovens.

O interesse profissional e pessoal por esta pesquisa teve como ponto de partida as experiências que foram vivenciadas pela autora em três escolas de referência no Estado de Pernambuco, no período de 2009 a 2015, na função de diretora: Escola de Referência em Ensino Médio Trajano Chacon, Escola de Referência em Ensino Médio Pastor José Florêncio Rodrigues e Escola de Referência em Ensino Médio Apolônio Sales.

Em 2011, ocorreu a incorporação do componente curricular em questão na matriz curricular das escolas de referência. Através do acompanhamento da gestão pedagógica das escolas citadas acima e das experiências com professores e estudantes do componente curricular Projeto de Empreendedorismo foram percebidas angústias e dificuldades de docentes que lecionam tal componente. Esse fato despertou a curiosidade e o interesse da autora em pesquisar as mudanças ocorridas após a incorporação do citado componente ao currículo escolar, quais as demandas do docente acerca do desenvolvimento de novos saberes e como se revertem em conhecimentos significativos para os estudantes do Ensino Médio.

Perante o que foi apresentado, o presente trabalho tem a finalidade de estudar o seguinte problema de pesquisa:

Qual a percepção docente acerca do componente curricular de Empreendedorismo ministrado no Ensino Médio público do Estado de Pernambuco?

Os resultados que emergiram desse processo investigativo possibilitaram identificar elementos que servirão de diretrizes para a proposição de novos caminhos para o componente curricular Projeto de Empreendedorismo. Além disso, constitui-se como um objeto de estudo que permite a reflexão sobre a prática docente e os inúmeros desafios enfrentados por eles.

Sendo assim, pode-se afirmar que este trabalho de pesquisa tem relevância e cumpre um papel importante no cenário atual.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a percepção docente acerca do componente curricular Projeto de Empreendedorismo, ministrado no Ensino Médio público do Estado de Pernambuco.

1.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar o perfil dos docentes;
- ✓ Identificar métodos e técnicas mais utilizadas no ambiente escolar para o ensino de Projeto de Empreendedorismo;
- ✓ Distinguir os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem de Projeto de Empreendedorismo;
- ✓ Estudar as contribuições da implementação do componente curricular de Empreendedorismo, à luz dos “Quatro Pilares da Educação” de Delors (1998).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo serão abordados os conceitos básicos do Empreendedorismo, assim como sua origem histórica e o seu vínculo com a educação formal, e traçar um panorama atual sobre o Ensino Médio no Brasil e a sua reestruturação no Estado de Pernambuco com a implantação das Escolas de Referência em Ensino Médio, onde, a partir disso, ter-se-á embasamento teórico para entender melhor o tema proposto por este projeto.

2.1 Conceitos e abordagens sobre o Empreendedorismo

Na literatura encontram-se vários conceitos sobre Empreendedorismo, e muitos autores o definem como a criação de empresas, no entanto, o Empreendedorismo hoje é visto num campo mais amplo englobando mais que o mundo do negócio.

A palavra Empreendedorismo foi usada inicialmente no viés da economia derivada do termo empreendedor e foi definido pela primeira vez, por Richard Cantillon em 1755 como “o processo de lidar com a incerteza.”

No Brasil, desde o final da década de 1990, a atividade empreendedora motivada pelos estudos realizados em outros países vem sendo difundida e referenciada nas discussões acadêmicas e econômicas.

A intensificação dos debates sobre Empreendedorismo foi estimulada com o crescimento da produção teórico-científica sobre o assunto, requerendo novas abordagens de construção teórica sob a perspectiva educacional, sendo necessário inicialmente compreender o conceito de empreendimento e como ocorre sua relação com o mundo do trabalho.

Esse fato comprova a influência da cultura empreendedora no processo de desenvolvimento econômico de uma sociedade. É importante que a escola perceba seus objetivos em formar empreendedores que busquem alavancar os desenvolvimentos econômicos e profissionais que desempenhem bem o papel de funcionário, e colaborador.

O empreendedorismo é um tema que é abordado a partir de várias perspectivas no campo educacional, e incorporado como parte de vários projetos na área escolas e instituições de ensino superior, cujo interesse geral é impulsionar planos produtivos da escola, para torná-los viáveis como um meio de subsistência de famílias e comunidade. (ALONSO; SORIANO; FEO, 2012, p. 5 tradução nossa).

Outra tendência é o empreendimento solidário, que caracteriza as chamadas cooperativas que visam à participação ativa dos seus componentes numa interação social com

a comunidade e as cadeias produtivas, e requer uma cultura favorável ao desenvolvimento com propostas claras, inovadoras, e sustentáveis para resultar em benefício da sociedade.

O empreendedorismo social deve ser capaz de grandes transformações a partir da base da pirâmide social, a partir da grande massa de cidadãos anônimos, de organizações simples inspiradas pela força de ajuda mútua ou de uma atitude cooperativa entre as pessoas que se juntam para progredir e melhorar qualidade de vida; esta é a empresa do futuro, que preserva a identidade relevância dos seres humanos no seu bem-estar social, equitativo e inclusivo. (ALONSO; SORIANO; FEO, 2012, p.2, tradução nossa).

Os referidos autores reconhecem que essa convergência deve estar associada a pessoas solidárias que tenham necessidades, interesses, desejos e expectativas comuns que se juntam para construir uma empresa cooperativa e afirma que esse é o modelo da empresa do futuro.

O novo milênio está sendo definido tanto por desafios mundiais quanto pela incerteza, pois são a partir das enormes oportunidades oferecidas pela tecnologia, comunicações globais e o crescente esforço que surge os novos empreendimentos para o desenvolvimento social, econômico e ambiental (TIMMONS; SPINELLI, 2003, p.2, tradução nossa).

Timmons e Spinelli (2003) ao conceituar os paradigmas do Empreendedorismo, afirmam que “existe um corpo substancial de conhecimentos, conceitos e ferramentas que os empresários precisam saber antes de mergulhar na inicialização, durante e após, se quiserem obter as probabilidades ao seu favor”. Por isso, a importância do compromisso e da capacitação dos professores de Empreendedorismo e dos alunos que pretendem tornar-se empreendedores.

Acompanhando a explosão do Empreendedorismo tem havido um aumento significativo na pesquisa do conhecimento sobre o processo empreendedor. Muito do que era conhecido anteriormente foi reforçado e refinado, enquanto algumas teorias foram contestadas por outros. Numerosos novos *insights* surgiram. A criação de novas empresas continua a ser o produto de experiência e pesquisa considerável neste domínio, enraizado na aplicação no mundo real, e refinada em sala de aula (TIMMONS, SPINELLI, 2003).

Dessa forma, a literatura vem evidenciando as transformações ocorridas na sociedade e sugerindo novas fórmulas para o desenvolvimento das empresas e das pessoas, através da administração empreendedora na economia.

Timmons e Spinelli (2003) sinalizam a importância dos empreendimentos para o desenvolvimento econômico e indicam que com atitudes empreendedoras na administração das ideias é possível ter bons resultados, e conceituam o Empreendedorismo como uma força transformadora de quarenta anos na América que tem vindo a conduzir oportunidade

econômica e prosperidade em todo o mundo [...] que agora inclui uma discussão sobre o estado da educação para o Empreendedorismo, como organizações sem fins lucrativos estão agora a adotar métodos empresariais, e como a criação e liberação de energia humana através do Empreendedorismo, tornou-se a maior força de transformação no planeta.

De acordo com esse autor, o “Empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século XXI mais do que a Revolução Industrial foi para o século XX”. Após pesquisas realizadas em instituições educacionais, Timmons e Spinelli (2003) concluem que os educadores devem perceber que o processo empreendedor como uma jornada e não um destino, opções de colheita e as suas consequências, para além da colheita. Desafiarmos os alunos a pensar muito à frente e muito além do sucesso meramente financeiro e considerar questões mais profundas.

Galindo e Echavarría (2011, p.88) definem que o espírito empreendedor tem a capacidade para pensar, raciocinar, atuar centrado nas oportunidades com visão global, com liderança, sabendo gerenciar conflitos e calcular riscos.

Em relação aos professores, é reconhecido que o seu papel é essencial para cultivar um espírito empreendedor, porque do seu assunto pode apoiá-lo. No entanto, é necessário gerar espaços para se aprender sobre empreendedorismo e transmiti-lo de qualquer assunto, facilitando sua inclusão no plano de trabalho. (GALINDO; ECHAVARRÍA, 2011, p.93, tradução nossa).

Para o termo ‘empreendedor’ existem muitas definições. Schumpeter (1961) afirma que: “o empreendedor é aquele que destrói a ordem econômica existente pela introdução de novos produtos e serviços, pela criação de novas formas de organização ou pela exploração de novos recursos e materiais”.

Coube a Drucker (2002) qualificar os empreendedores como pessoas que inovam. A inovação é o instrumento específico dos empreendedores, o meio pelo qual eles exploram a mudança como uma oportunidade para um negócio ou serviço diferente. Na visão do autor o que impulsiona o mundo dos negócios é a vontade de transformar:

[...] a mudança sempre proporciona a oportunidade para o novo e o diferente. A inovação sistemática, portanto, consiste na busca deliberada e organizada de mudanças, e na análise sistemática das oportunidades que tais mudanças podem oferecer para a inovação econômica ou social. (DRUCKER, 2002, p.45).

Na percepção de Mussak (2003), o Empreendedorismo está associado a quatro condições humanas: iniciativa, criatividade, ousadia e responsabilidade, e para ser empreendedor é preciso superar obstáculos; é inventar e reinventar, e “encontrar novas

soluções para antigos problemas; antecipar respostas a perguntas ainda não formuladas; agilizar processos, facilitar trâmites, acelerar resultados, colocar o sorriso antes do motivo de sorrir. Empreender é gerar riqueza, patrocinar progresso.”

No entendimento de Hisrich e Peters (2004), o Empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação econômica e social.

A definição de Dornelas (2008) para Empreendedorismo é: “O envolvimento de pessoas e processos que, em conjunto, levam à transformação de ideias em oportunidades. E a perfeita implementação destas oportunidades leva à criação de negócios de sucesso”.

A definição de Chiavenato (2008, p.7) para pessoa empreendedora engloba atitudes inovadoras, percepção de futuro e visão futurista:

O empreendedor é a pessoa que consegue fazer as coisas acontecerem, pois é dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidades. Com esse arsenal, transforma ideias em realidade, para benefício próprio e para benefício da comunidade. Por ter criatividade e um alto nível de energia, o empreendedor demonstra imaginação e perseverança, aspectos que, combinados adequadamente, o habilitam a transformar uma ideia simples e mal estruturada em algo concreto e bem-sucedido no mercado.

Na ótica de Lenzi (2009, p.7) o empreendedor é um visionário que consegue fazer com que suas experiências cotidianas subsidiem seus sonhos profissionais:

[...] o empreendedor tem um poder de visão, que não está relacionado a nenhuma capacidade sobrenatural. Está, sim, ligado à forma com que o empreendedor aproveita experiências passadas e à maneira com que ele se permite aprender com os acontecimentos diários da sua vida pessoal, profissional e organizacional.

Para Roque (2009), “o empreendedor é aquele que visualiza oportunidade em que poucos a enxergam, antecipando-se aos sinais de novas tendências.”

Enfim, é notório que há diversas concepções na literatura para o ato de empreender, que apresentam um caráter pluralista e multifacetado do empreendedor.

2.2 Empreendedorismo empresarial no Brasil

As duas últimas décadas do século XX se caracterizaram pelas transformações ocorridas, principalmente nas áreas da ciência e da tecnologia, construindo grandes avanços em vários campos da atividade humana.

Assim, para Lenzi (2009, p.17),

A sociedade em que vivemos e ajudamos a construir tem passado por um conjunto de transformações nos últimos 15-20 anos, as quais nos fazem refletir sobre nosso papel nesse ambiente. Não é o mais inteligente aquele que ganha espaço no mercado, mas o mais ágil e astuto.

Segundo o referido autor, os empresários acreditavam que “o poder de uma empresa estava na sua capacidade de produzir um bem ou serviço. Quanto melhor a sua possibilidade de produzir, melhores seriam seus resultados”. No entanto, a globalização trouxe outros conceitos, fundamentando novos entendimentos sobre gestões de empresas:

[...] as empresas devem ter uma atenção redobrada nas suas ações de mercado e na sua visão de futuro. Visão essa que permite enxergar caminhos que outros não conseguem vislumbrar, ou que só conseguirão ver por imitação do sucesso alheio (LENZI, 2009, p.7).

Nesse sentido, o cenário político e econômico do país não favoreciam a abertura de novos empreendimentos, nem os empresários encontravam apoio logístico para desenvolver suas atividades com segurança e obter sucesso, portanto não havia perspectivas de surgir novas empresas, mesmo as de pequeno porte.

Porém, com a criação do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) abriram-se, então, novos rumos com a atuação especializada desse órgão em contribuir para o bom desempenho de empresas que laboram com pequenos negócios.

Dessa maneira, com as mudanças frequentes, tanto no setor empresarial como no Empreendedorismo, o SEBRAE é muito solicitado pelo pequeno empresário brasileiro, para dar suporte na iniciação de um pequeno negócio ou receber consultorias para tomada de decisões estratégicas e financeiras para sua empresa.

O SEBRAE é agente de capacitação e de promoção do desenvolvimento, [...] “articula (junto aos bancos, cooperativas de crédito e instituições de microcrédito) a criação de produtos financeiros adequados às necessidades do segmento”. Também orienta os empreendedores para que o acesso ao crédito seja, de fato, um instrumento de melhoria do negócio (SEBRAE, 2016).

O Brasil é considerado pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM) um país com vocação para o desenvolvimento, situação confirmada pelas análises dos seus relatórios, que tem revelado a disposição do brasileiro para empreender, apesar das restrições e condições adversas que encontra ao investir seu tempo, energia e recursos em busca da realização de seus sonhos (GEM, 2015).

O GEM é um projeto de pesquisa internacional conduzida pela *London Business School* e o *Babson College* (EUA) que mensura o desenvolvimento do Empreendedorismo mundial através de indicadores comparáveis. Iniciou suas pesquisas em 1999, com um estudo que abrangeu mais de 40 países com diferentes graus de desenvolvimento econômico e social em todos os continentes sendo considerado o consórcio de maior relevância na averiguação de crescimento sócio econômico no mundo (GEM, 2015).

Desde 2000, o Brasil participa dessa pesquisa que é gerida pelo Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade (IBQP) com o apoio técnico e financeiro do SEBRAE. Em 2011, o Centro de Empreendedorismo e Novos Negócios da Fundação Getúlio Vargas consolidaram parceria acadêmica com o projeto (GEM, 2015, p.7).

Uma das principais medidas utilizadas pelo projeto GEM é chamada de Taxa de Empreendedorismo em estágio inicial (TEA) para representar a proporção de pessoas, entre 18 e 64 anos de idade, que são consideradas empreendedoras por estarem envolvidas em atividades empreendedoras, sejam de negócios nascentes ou à frente de negócios novos, com menos de 42 meses de existência.

Outro índice de avaliação usado pelo GEM é a Taxa Total de Empreendimentos (TTE) que para o Brasil em 2015 foi de 39,3%, conforme a Tabela 01. Esse resultado indica que 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos estavam na condição de empreendedor, empenhados na criação ou manutenção de algum negócio, em estágio inicial ou estabelecido em 2015.

Tabela 1 - Taxas de Empreendedorismo segundo o estágio dos empreendimentos – Brasil 2015.

Estágio	Brasil	
	2014	2015
Iniciais	17,2	21,0
Nascentes	3,7	6,7
Novos	13,8	14,9
Estabelecidos	17,5	18,9
Total de empreendedores	34,4	39,3

Fonte: GEM Brasil 2015

¹ Percentual da população de 18 a 64 anos

A Mentalidade Empreendedora é outro índice utilizado pelo GEM e em geral os brasileiros são favoráveis às atividades empreendedoras e têm uma visão positiva a respeito

dos indivíduos envolvidos com negócios próprios. No Relatório da GEM (2015, p.17), encontramos, na Tabela 02, os dados atualizados sobre a Mentalidade Empreendedora no Brasil.

Tabela 2 - Percentual da população de 18 a 64 anos sendo a mentalidade empreendedora.

Mentalidade	Brasil		
	2014	2015	Varição
Afirmam que desejam ter seu próprio negócio.	31,4	34,5	^
Afirmam conhecer pessoalmente alguém que começou um novo negócio nos últimos 2 anos.	37,7	51,7	^
Afirmam perceber, para os próximos seis meses, boas oportunidades para se começar um novo negócio nas proximidades onde vivem.	55,5	42,4	v
Afirmam ter o conhecimento, a habilidade e a experiência necessários para iniciar um novo negócio.	50,0	58,3	^
Afirmam que o medo de fracassar não impediria que comessem um novo negócio.	60,9	50,5	v
Concordam que no Brasil a maioria das pessoas preferiria que todos tivessem um padrão de vida parecido.	---	76,4	-
Concordam que no Brasil a maioria das pessoas considera que abrir um negócio é uma opção desejável de carreira.	---	77,7	-
Concordam que no Brasil aqueles que alcançam sucesso ao iniciar um novo negócio têm status perante a sociedade.	---	80,1	-
Concordam que no Brasil, a mídia apresenta, com frequência, histórias sobre novos negócios bem sucedidos.	---	69,6	-

Fonte: GEM, 2015.

Algumas razões podem justificar esse comportamento, como por exemplo, a sociedade brasileira tem um grande contingente de jovens que estão procurando ingressar no mercado de trabalho, e a crise econômica também contribui para que as pessoas busquem alternativas formais de sobrevivência.

Na Figura 1 podemos observar nos fatores limitantes ao Empreendedorismo no Brasil, está vinculado à Educação e Capacitação nos níveis básico, fundamental e técnico, que são focos da formação da mão de obra para o mercado de trabalho ou para vagas no setor público, sem muita ênfase ao Empreendedorismo (GEM, 2015).

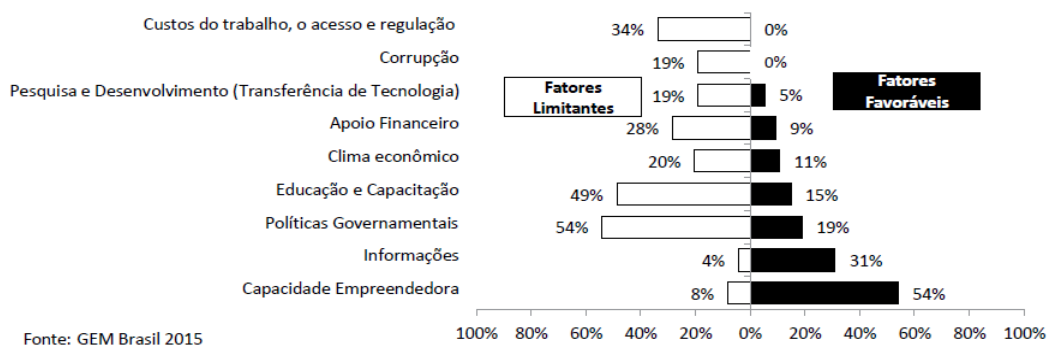


Figura 1 - Especialistas avaliando o Brasil segundo os fatores limitantes e favoráveis à atividade empreendedora, Brasil-2015.

No entanto, nos últimos anos o governo tem se preocupado com a melhoria da educação, criando políticas públicas voltadas para as classes menos favorecidas, possibilitando o ingresso às universidades, com inclusão do componente curricular de Empreendedorismo no Ensino Médio e implantação da Escola Integral entre outros programas públicos, como é o caso do Estado de Pernambuco.

Eles relatam que ainda faltam Políticas Públicas adequadas às necessidades dos empreendedores e há excesso de burocracia para a abertura, funcionamento e encerramento dos negócios. Os negócios enfrentam alta carga tributária e complexidade da legislação brasileira, que aumentam os custos de operação e tornam os negócios menos competitivos. (GEM, 2015, p.18).

Quanto às propostas dos especialistas para a melhoria das condições para empreender no Brasil, a Tabela 3, nos mostra que os temas se concentram em aspectos relacionados à Educação e Capacitação 49%, seguidos das Políticas Governamentais 41% e Apoio Financeiro 24% (GEM-BRASIL, 2015, p. 19).

As recomendações para Educação e Capacitação indicam que o Empreendedorismo seja disciplina transversal, isto é, seja ensinada em todos os níveis de ensino, do básico ao superior, fazendo uso das tecnologias da informação (GEM-BRASIL, 2015).

“A melhoria na Educação e Capacitação passa, segundo as recomendações dos especialistas, pelo fortalecimento do ecossistema empreendedor, que é formado por incubadoras, aceleradoras, *fablabs* e *hackerspaces*, dentre outros” (GEM-BRASIL, 2015, p. 19).

Tabela 3 - Recomendações dos especialistas: áreas de intervenção para melhoria das condições para empreender no país – Brasil – 2015.

Recomendações	Brasil
	2015
Educação e Capacitação	48,6
Políticas Governamentais	40,5
Apoio Financeiro	24,3
Pesquisa e Desenvolvimento	23,0
Custos do Trabalho, Acesso e Regulamentação	20,3
Programas Governamentais	16,2

Fonte: GEM Brasil 2015

¹ Percentual de especialistas que citaram a recomendação.

A pesquisa procurou saber também o percentual dos empreendedores que buscam apoio junto aos órgãos como SENAC, SEBRAE, SENAI entre outros. A Tabela 4 nos mostra a pesquisa GEM 2012, 2013 e 2014:

Tabela 4 - Percentual da população do total de empreendedores (TTE) segundo a busca de órgãos de apoio – Brasil - 2014.

Órgãos de apoio	Brasil		
	2012	2013	2014
Não procurou nenhum	79,6	84,6	86,6
SEBRAE	12,7	9,2	10,4
SENAC	1,5	1,4	1,9
SENAI	1,2	1,8	1,0
Associação comercial	1,8	0,6	0,7
Outros ²	3,2	2,5	0,8

Fonte: GEM Brasil 2014

¹ Percentual da população de 18-64 anos

² Outros órgão citados na pesquisa: Sindicato, SENAR, Endeavor, SENAT, Bancos, Conselho, Institutos, Prefeitura, OAB, Cred Amigo e Emater.

Na Tabela 4 podemos verificar que em 2014, 86,6% dos empreendedores identificados não buscou auxílio de órgãos de apoio. Esse percentual cresceu em relação a 2012 (79,6%) e 2013 (84,6%), e que o SEBRAE foi o órgão mais solicitado como consultoria nos três anos.

A maioria (44%) dos empreendedores que não buscaram um órgão de apoio alegou que o motivo foi a falta de necessidade como indica a Tabela 5. Este percentual foi mais alto para os empreendedores estabelecidos (49,3%) em relação aos empreendedores iniciais (38,9%).

Nessa Tabela 5, foi identificado também que 28,9% dos empreendedores iniciais indicaram que a falta de conhecimento sobre a assessoria foi a principal causa de não ter

buscado apoio. Este percentual é menor para os empreendedores estabelecidos (23%). E 15,4% dos empreendedores iniciais disseram que foi a falta de tempo.

Tabela 5 - Distribuição dos empreendedores segundo os motivos que o levaram a não buscar um órgão de apoio – Brasil – 2014.

Órgãos de apoio	Empreendedores		
	Iniciais	Estabelecidos	Total
Por falta de conhecimento	28,9	22,9	25,7
Por não ter interesse	18,2	18,1	18,0
Por não ter necessidade	38,9	49,3	44,4
Por falta de tempo	15,6	9,7	12,5
Outro	0,0	0,2	0,1

Fonte: GEM Brasil 2014

¹ Percentual dos empreendedores

2.3 Empreendedorismo educacional no Brasil

O Brasil, segundo o GEM (2015), é vocacionado para o Empreendedorismo, dessa maneira é importante que a preparação de jovens para o trabalho surja na escola, por isso a introdução do componente curricular de Empreendedorismo tem uma importância fundamental para o desenvolvimento pessoal, econômico e social do país.

É necessário que a escola seja um ambiente favorável para que o desenvolvimento das habilidades e competências dos estudantes seja despertado. Nesse sentido, a escola que ensina Empreendedorismo deve incluir nas suas temáticas assuntos que despertem o interesse dos alunos para a abordagem econômica da realidade em que eles se situam, incentivando pesquisas para elaboração de planos de negócios.

Segundo Dolabela (2009), o autoconhecimento e a autoestima são elementos fundamentais na aprendizagem e na construção da pulsão empreendedora, influenciando tanto o processo cognitivo quanto às relações do indivíduo com o outro e com o mundo.

Campelli et al. (2011), ressalta que:

Uma instituição de ensino empreendedora não é somente aquela que inclui em seu projeto pedagógico disciplinas ou cursos de empreendedorismo, mas, sobretudo, aquela que adota como instituição, um novo paradigma educacional, tornando-se, ela mesma, uma instituição empreendedora.

O conhecimento se torna saber quando o conteúdo apreendido passa a ter sentido e vivenciado na prática cotidiana, portanto o direcionamento do ensino para formação profissional e sua aplicação na vida real pode seduzir os jovens para a aprendizagem.

É importante salientar que o ensino de Empreendedorismo não teve procedência no ensino escolar, nem surgiu nas discussões pedagógicas e, segundo Lopes (2010), sua origem está vinculada aos cursos de graduação em Administração. Foi dentro das instituições acadêmicas que o Empreendedorismo se desenvolveu, e é no meio acadêmico que são elaboradas as pesquisas sobre os empreendedores.

A Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), tem grande mérito na inicialização do estudo de Empreendedorismo no Brasil, pois na área acadêmica diversas iniciativas foram implementadas (GEM, 2008).

A instituição foi criada em 1954, com parceria da Michigan State University, com objetivo principal de preparar pessoas para o enfrentamento dos desafios decorrentes das mudanças econômicas que o Brasil passava.

Tais iniciativas precederam a criação da Rede Universitária de Ensino de Empreendedorismo – a REUNE, em 1997. A partir daí, o ensino de Empreendedorismo se difundiu nas universidades públicas federais (Bahia, Paraíba, Goiás, Ceará, Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Maranhão, Espírito Santo, Amazonas, etc.) e nas públicas estaduais (Londrina, Campinas, Maringá, etc.). As particulares e as faculdades isoladas se disseminaram, e hoje o ensino é ofertado em quase todas as instituições no país (SOUZA; SARAIVA, 2010).

Essas ações garantiram a introdução da educação empreendedora, no ensino de nível superior, solidificadas nas faculdades de Administração. Portanto, na Tabela 6, fica nítido que o ensino de Empreendedorismo está se firmando e se consolidando nos principais centros de graduação e pós-graduação, e nos mais diversos segmentos de formação.

Tabela 6 - Evolução do histórico do Empreendedorismo, até o ano de 1999
(HENRIQUE; CUNHA, 2008)

(continua)

ANO	INSTITUIÇÃO	CURSOS
1981	Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo	Curso de Especialização em Administração para Graduados
1984	Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo	O curso foi estendido para a graduação sob o nome de Criação de Novos Negócios – Formação de Empreendedores

Tabela 6 - Evolução do histórico do Empreendedorismo, até o ano de 1999
(HENRIQUE; CUNHA, 2008)

(continuação)

ANO	INSTITUIÇÃO	CURSOS
1984	Universidade de São Paulo – FEA/USP	Criação de Empresas – curso de graduação em Administração
1985	Universidade de São Paulo – FEA/USP	Criação de Empresas e Empreendedorismo de Base Tecnológica, no Programa de Pós-Graduação em Administração
1989	CIAGE – Centro Integrado de Gestão Empreendedora	Formação de Empreendedores
1992	Departamento de Informática da Universidade Federal de Pernambuco e Fundação de Apoio à Ciências do Estado de Pernambuco (FACEPE)	Criação do CESAR – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife
1993	Programa Softex do CNPQ – UFMG	Metodologia de ensino de Empreendedorismo, oferecida no curso de graduação em Ciência da Computação da UFMG
1995	Departamento de Informática da Universidade Federal de Pernambuco e Fundação de Apoio à Ciências do Estado de Pernambuco (FACEPE)	CESAR cria uma pré-incubadora voltada para projetos de exportação de <i>software</i> , que mais tarde transformou-se no Recife-Beat, inserido no Programa Softex
1995	Escola Federal de Engenharia de Itajubá, em Minas Gerais - EFEI	Criação do CEFEI – Centro Empresarial de Formação Empreendedora de Itajubá
1995	Universidade de Brasília - UNB	Criação da Escola de Empreendedores com o apoio do Sebrae - DF
1996	CESAR – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – Disciplina de ensino de Empreendedorismo no curso de graduação em Ciência da Computação	CESAR – Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife – Disciplina de ensino de Empreendedorismo no curso de graduação em Ciência da Computação
1996	O Programa Softex, criado pelo CNPQ – Sociedade Softex	Implantação de dois projetos: o Gênesis, na área de incubação universitária, e o Softstart, na área de ensino de Empreendedorismo
1997	PUC/RIO	Criação do Instituto Gênesis para Inovação e Ação Empreendedora
1997	IEL-MG, FUMSOFT, Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Fundação João Pinheiro e Sebrae/Minas	Lançamento do Programa REUNE, Rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo

**Tabela 6 - Evolução do histórico do Empreendedorismo, até o ano de 1999
(HENRIQUE; CUNHA, 2008)**

(conclusão)

ANO	INSTITUIÇÃO	CURSOS
1998	CNI-IEL e Sebrae	Nacional lançamento do Programa REUNE-Brasil, expandindo a filosofia da rede universitária de ensino de Empreendedorismo para todo o país
1998	Capítulo Brasileiro do ICSB, International Council for Small Business	Programas Nacionais de Empreendedorismo

A seguir relatórios da pesquisa GEM do período de 2000 a 2015, indicam a situação do Empreendedorismo no Brasil evidenciando aspectos claros da necessidade de mudanças que devem ocorrer no âmbito da educação nacional, em todos os níveis de escolaridade para que o país alcance maior destaque na área econômica e social e consiga dar melhores condições de desenvolvimento a sua população.

Na pesquisa da GEM (2001), relata que o sistema de ensino, no Brasil, ainda é precário quando se trata do conteúdo e metodologia adotados nas questões do Empreendedorismo.

Os programas curriculares estão distantes da realidade do mercado de trabalho induzindo as empresas a desenvolverem soluções próprias e não estabelecendo o diálogo necessário para o avanço do ensino e da pesquisa acadêmica. O estudante tem o papel de agente passivo e não de empreendedor no processo de acumulação do conhecimento. (GEM, 2001).

E, ainda, o relatório GEM (2001), indica que os conteúdos e as abordagens pedagógicas adotadas pelas escolas e universidades carecem de revisões intensas na formação de uma cultura empreendedora, garantindo a integração com as outras disciplinas.

Os especialistas consultados sugerem e recomendam no relatório GEM (2002), o reforço de uma cultura empreendedora, pelas escolas desde os anos iniciais de escolaridade e segundo graus, como também universidades e institutos de tecnologia, com a divulgação do sucesso de empreendedores pelos meios de comunicação, motivando dessa maneira, outras pessoas.

Quanto ao nível de desenvolvimento econômico o Brasil não atingiu ainda o índice de outros países, tanto em quantidade quanto em qualidade. Essa deficiência no crescimento

educacional fica demonstrada pelos resultados: 97% das crianças estão na escola, porém apenas 9% dos jovens entre 17 e 24 anos frequentam os bancos universitários (GEM, 2004).

Os especialistas da educação, de acordo com o relatório enfatizam a negligência do sistema formal sobre os conteúdos relacionados ao Empreendedorismo e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes empreendedoras. A qualidade da educação, principalmente nos níveis básicos, deixa a desejar, quando se considera a complexidade da produção contemporânea. (GEM, 2004).

Os especialistas reconhecem que nesses dez anos ocorreram mudanças em algumas instituições que passaram a dar maior ênfase ao ensino do Empreendedorismo e a conteúdos voltados à capacitação empresarial dos estudantes como também, à procura individual de cursos de capacitação, tanto na rede pública como particular.

O Relatório (GEM 2005), destaca a iniciativa da Universidade Estadual Paulista – UNESP, com a parceria do SEBRAE, para introduzir a disciplina de Empreendedorismo nas mais de 30 unidades do Estado de São Paulo. E, ainda, conforme o Relatório (GEM, 2006), o empreendedor brasileiro necessita de conhecimentos dos mais básicos de dinâmica de mercado até os mais sofisticados como mecanismos internos de gestão (IBQP, 2006).

Na análise dos especialistas, os programas educacionais existentes no Brasil não impulsionam de maneira suficiente à política empreendedora nas pessoas, ainda que existam cursos relacionados ao Empreendedorismo no espaço acadêmico.

No período de 2002-2007, conforme registro do Relatório GEM (GEM, 2007), houve uma mudança significativa na ação empreendedora em relação ao nível de escolaridade:

No período de 2002-2007, conforme apontado no Relatório (GEM 2007), observa-se uma mudança importante da ação empreendedora e sua relação com o nível de escolaridade. Em 2002, os empreendedores sem educação formal e aqueles com até quatro anos de estudo representavam pouco mais de 50% do total de empreendedores. Em 2007, não representavam 30%. Já os empreendedores com mais de cinco anos de escolaridade que não representavam 50%, em 2001, passaram para 71%, em 2007 (GEM, 2007).

Os especialistas observaram nesse período que as escolas de Administração e Negócios no Brasil contribuíram para uma melhor formação do empreendedor (GEM, 2007).

Conforme Relatório GEM (2008), o estudo do Empreendedorismo, apresentado em forma de disciplina ou como projeto interdisciplinar, esta disponível nas propostas curriculares de algumas escolas do país para incentivar os professores a elaborarem e implantarem um Plano de Negócio na própria escola, a partir de suas realidades sociais.

Nesse sentido, o SEBRAE que é uma instituição de apoio e consultoria no País, tem parceria com as secretarias municipais de educação e desenvolve uma série de projetos e

programas com o objetivo de despertar nas crianças e nos jovens brasileiros, habilidades empreendedoras.

De acordo com o Relatório da GEM (2015), em relação ao nível de escolaridade no Brasil, um baixo número de empreendedores possui curso superior completo: 7% dos empreendedores iniciais e 5% dos empreendedores estabelecidos. Com escolaridade menor, abaixo do segundo grau, são 44% dos empreendedores iniciais e 56% dos estabelecidos. E, que possuem o segundo grau completo são 49% entre os empreendedores iniciais e 39% entre os empreendedores estabelecidos (GEM, 2015).

2.4 Iniciativas do ensino de Empreendedorismo no Brasil

De acordo com Nóbrega (2015), o Brasil conta com um grande incentivador do Empreendedorismo e da Pedagogia Empreendedora no país que é Fernando Dolabela. Ele é criador e coordenador de dois programas de ensino de Empreendedorismo no Brasil um para Educação Básica e outro voltado para o Ensino Superior, implantado em duas mil escolas no Brasil, Argentina, Chile e Peru, envolvendo cerca de 10 mil professores e 300 mil alunos.

Assim Dolabela (2009) se posiciona:

O principal é a consciência de que somos a única espécie capaz de conceber o futuro e transformá-lo em realidade. Isso se aprende através do hábito, da prática. Para exercer tal capacidade o indivíduo deve desenvolver o que chamamos de conceito de si, que engloba tudo o que diz respeito ao autoconhecimento, à autoestima. Mas também deve ser capaz de entender o mundo em que vive o que acontece depois da porta da rua.

Essa iniciativa nasceu das convicções do autor citado, de que a escola pode impulsionar os estudantes a descobrirem que através do Empreendedorismo há possibilidades de construir um futuro promissor no mundo do trabalho, onde a criatividade, a inovação vai exercitar mecanismos para enfrentamento das dificuldades (NÓBREGA, 2015).

Indo além, Nóbrega afirma que, segundo Dolabela:

Há séculos a educação convencional desenvolve e aprimora, com muita competência, potenciais como calcular, falar, escrever. Mas, até hoje não se dedicou a desenvolver criatividade, talento, paixão, autoconhecimento. Mais grave, a educação convencional busca a conformidade no lugar de desenvolver a diversidade individual, o maior patrimônio do empreendedor. Outro pecado é aplacar a rebeldia, o inconformismo, fonte de criatividade e inovação. (NÓBREGA, 2015).

O programa “Pedagogia Empreendedora” desenvolvido por Dolabela consiste em revelar a complexidade do Empreendedorismo numa amplitude conceitual, é uma metodologia de ensino de Empreendedorismo para a educação básica para através do conteúdo trabalhado na educação escolar (NÓBREGA, 2015).

Nesse contexto, a escola deve desenvolver o potencial empreendedor do aluno dentro da atividade escolhida por ele, e que nessa liberdade de pensamento seja produzido um olhar de forma diferente carregado de curiosidade e inspiração.

Para Dolabela, o Empreendedorismo é uma forma de ser, e não somente de conhecer. O alvo do ensino convencional é a transferência do saber, enquanto no Empreendedorismo o alvo é a pessoa capaz de gerar conhecimentos. (NÓBREGA, 2015).

Portanto, a escola deve estar preparada para esses recursos, sendo o espaço sócio cultural capaz de intermediar esse conhecimento com competência para fazer do estudante um empreendedor voltado para o desenvolvimento econômico e social sustentável.

Gimenez et al. (2014) ressalta que “é a iniciação da idéia de planejar/criar/fazer, o eixo principal da construção da educação empreendedora, não necessariamente nesta ordem, mas o que sustenta este eixo é a experiência”.

Outro grande exemplo de iniciativa sobre educação empreendedora é fomentado pelo SEBRAE. O órgão oferece vários cursos sobre Educação Empreendedora voltado para o: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Técnico e Ensino Superior

No Diário Oficial da União foi publicado a lei nº 13.267/16, proveniente do PLS nº 437/12, disciplinando a criação de empresas juniores em instituições de ensino superior.

Empresa júnior é uma entidade organizada sob a forma de associação civil gerida por estudantes matriculados em cursos de graduação de instituições de ensino superior. O objetivo dessas entidades é realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos associados, com foco para a capacitação do mercado de trabalho, além de desenvolver o empreendedorismo. (SEBRAE, 2016).

O SEBRAE também administra o curso de Jovens Empreendedores – Primeiros Passos (JEPP), do SEBRAE é direcionado para os alunos do Ensino Fundamental, segundo Costa (2006).

O referido autor tem seu trabalho embasado na teoria da Resiliência e do Protagonismo considerando que a Resiliência é a capacidade de lutar contra os obstáculos sendo protagonista das ações para prosperar na adversidade.

O Protagonismo Juvenil faz referencia à criação de oportunidades, situações favoráveis e espaço, oportunizando aos jovens alunos condições para a solução de problemas reais, incentivando neles a tomada de decisão, com o compromisso de mudar a realidade com boas ideias. Os cursos do SEBRAE buscam fundamentar as práticas de aprendizagem na

teoria de Antunes (2006) que recomenda a autonomia do aluno para administrar a vida pessoal, profissional e social.

No Ensino Médio, o Programa Nacional de Educação Empreendedora do SEBRAE disponibiliza cursos de Formação de Jovens Empreendedores; Despertar; e Crescendo e Empreendendo:

A educação empreendedora para o Ensino Médio está estruturada com o objetivo de colaborar para o desenvolvimento integral dos jovens, procurando estimular o protagonismo juvenil, sensibilizar e preparar os estudantes para os desafios do mundo do trabalho, instigando-os a identificarem oportunidades e planejarem seu futuro por meio de atitudes empreendedoras. (SEBRAE, 2016).

No Ensino Técnico, a Educação Empreendedora através do PRONATEC Empreendedor se volta para o desenvolvimento de competências duráveis e a inclusão no mundo do trabalho, através de conteúdos que buscam desenvolver ações empreendedoras bem planejadas para a transformação da realidade (SEBRAE, 2016).

Para o Ensino Superior, o SEBRAE, tem um programa que apoia as instituições de ensino a colocar em seus currículos o ensino do Empreendedorismo em suas práticas pedagógicas.

O papel da universidade na formação de empreendedores ganha cada vez mais relevância no contexto do ensino formal. É necessário preparar o estudante para participar de um novo mundo do trabalho no qual a capacidade de iniciativa, flexibilidade e adaptação às mudanças são fundamentais para o êxito profissional. Além disso, o conhecimento produzido na universidade se transforma mais rapidamente em benefício para a sociedade se empreendedores o transformam em serviços e bens disponíveis. (SEBRAE, 2016).

Outro programa existente no Brasil em Educação Empreendedora é a Junior Achievement, cujo objetivo é despertar o Empreendedorismo nos jovens contribuindo para o discernimento do mundo dos negócios e propiciando o ingresso ao mercado de trabalho.

A Junior Achievement possui uma ampla experiência em promover a integração entre a classe empresarial e a comunidade escolar, estimulando nas empresas a responsabilidade social e ambiental, nos empresários o voluntariado, e nos jovens o espírito empreendedor. (JUNIOR ACHIEVEMENT, 2016).



Fonte: JÚNIOR ACHIEVEMENT

Figura 2 - Funcionamento da JÚNIOR ACHIEVEMENT Brasil.

A Junior Achievement Pernambuco - JAPE é membro da JA Brasil, e tem como objetivo “inspirar e preparar jovens, despertando seu espírito empreendedor para serem bem sucedidos na sociedade e em uma economia globalizada, transformando-os em cidadãos qualificados e realizados” (JÚNIOR ACHIEVEMENT, 2016).

E mais:

As escolas devem entender que não existe crescimento econômico ou desenvolvimento social sem o empreendedorismo. O que move a sociedade e gera riqueza é o empreendedor. É o mais poderoso instrumento de combate à miséria. Nós não vamos gerar e distribuir riquezas sem que a base da população seja empreendedora. (DOLABELA, 2009).

Assim, é necessário que a sociedade em geral perceba que a inserção no mundo do trabalho nos dias atuais exige da escola um novo posicionamento curricular e novas abrangências para o desenvolvimento da economia e da própria sociedade.

Quanto ao papel dos docentes neste processo, tem-se que:

Em relação aos professores, é reconhecido que o seu papel é essencial para cultivar um espírito empreendedor. [...] No entanto, é necessário gerar espaços para se aprender sobre empreendedorismo e transmitir o assunto, facilitando sua inclusão no plano de trabalho. (GALINDO; ECHAVARRÍA, 2011, p.93).

Recentemente houve a aprovação do Projeto de Lei nº 772/2015 pelo Senado, de autoria do Senador José Agripino (DEM-RN), que torna o Empreendedorismo um assunto obrigatório nas escolas de todo o país. Com o aval da Comissão de Educação, Cultura e

Esportes, a matéria passará a ser ensinada de forma transversal, nas disciplinas já estudadas na escola. Para entrar em vigor a lei precisará ser aprovada pelo Presidente e publicada no Diário da União.

A educação para o Empreendedorismo não tem a pretensão de que todas as crianças e jovens se tornem empresárias, pois a mentalidade empreendedora não é necessária apenas no ambiente dos negócios. Qualquer atividade a que homens e mulheres se dediquem, para que sejam bem-sucedidos, exige que adotem certas atitudes de criatividade, assertividade e busca da inovação (BRASIL, 2015).

2.5 O Ensino Médio como um lugar para aprender a empreender

O Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, é marcado por um período de decisões. Os jovens estudantes que estão nesta etapa precisam fazer escolhas: Ensino Superior, mercado de trabalho, ou ambos. Sendo um momento que exige da escola um currículo que dialogue com o mundo do trabalho:

Essa etapa da Educação Básica pressupõe a consolidação dos conhecimentos adquiridos pelos estudantes oriundos do Ensino Fundamental. É a partir dessa etapa de ensino que alguns jovens procuram sua inserção no mundo do trabalho ou dão continuidade aos seus estudos através do Ensino Superior (DUTRA, 2014).

O Ensino Médio e o Empreendedorismo integrado viabilizam aos estudantes, discussões para Projetos de Vida, formando-os autônomos, solidários e competentes. O Empreendedorismo é uma necessidade de todo o ser humano e uma das funções da escola é apontar caminhos, e trabalhar com a consciência da complexidade dessa etapa de ensino, “já que é um momento decisivo no qual os jovens precisam se sentir seguros para fazer escolhas” (DUTRA, 2014, p. 34).

Segundo Nóbrega (2015), a metodologia da Pedagogia Empreendedora se preocupa com a geração de toda forma de riqueza, tanto material como imaterial, de acordo com Dolabela.

Ainda sobre o mesmo autor, ele ressalta que “cabe ao aluno, e somente a ele, escolher o que deseja ser. Ele pode e deve empreender se escolher ser poeta, músico, professor, religioso, funcionário público, etc” (NÓBREGA, 2015).

2.6 Ensino Médio no Brasil: Políticas e Práticas

A educação escolar brasileira está dividida em dois níveis de ensino: Educação Básica e Educação Superior.

A Educação Básica corresponde a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Capítulo III, que diz respeito à Educação, Cultura e Desporto, Seção I, Da Educação, evidencia a finalidade da educação brasileira e mostra a importância da qualificação para o trabalho.

CF Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

No Art. 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, encontramos as finalidades para o Ensino Médio, elas se entrecruzam umas nas outras, fornecendo para a escola o horizonte da ação pedagógica.

Art.35 O Ensino Médio, etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (BRASIL, 1996).

O Ensino Médio direciona suas atividades educacionais para a população de jovens e adultos. Esse contingente é marcado por indivíduos movidos por sonhos de ascensão social e estimulados por interesses vibrantes, tais como força, coragem, disposição e espontaneidade.

Um campo pouco investigado no conjunto de estudos sobre juventude situa-se no tema dos modos de vida de jovens a partir de seu local de moradia, considerado como um território de múltiplas relações sociais. Nesse caso, as práticas cotidianas seriam analisadas, privilegiando-se sua dimensão transversal — escola, trabalho, lazer, sociabilidade. (SPOSITO, 2009, p. 100).

No Brasil os cidadãos na faixa etária entre os 15 e os 29 anos pertencem à condição social chamada de juventude. No sentido político-social, essa demanda é tema de interesse público, por apresentar características, interesses e direitos próprios da categoria juvenil. Daí o Brasil se preocupar em oferecer oportunidades inclusivas na educação e no trabalho através de políticas abrangentes que dêem aos jovens oportunidades concretas (BRASIL, 2013).

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVÉ) considera a juventude como condição sócio-histórico-cultural de um grupo de pessoas que precisa ser avaliada em todas as suas múltiplas dimensões, com particularidades que ultrapassam as características biológicas e de faixa de idade, principalmente porque se encontram interligadas a diversidade social e cultural, produzindo múltiplas culturas na sociedade (BRASIL, 2013).

Os jovens, principalmente os provenientes de famílias com baixo poder aquisitivo, vêm na escolaridade básica o apoio para entrar no mercado laboral, porém sentem que alguns dos conteúdos oferecidos não têm efeito imediato para empregabilidade.

O sujeito se constrói pela apropriação de um patrimônio humano, pela mediação do outro, e a história do sujeito é também as das formas de atividade e de tipos de objetivos suscetíveis de satisfazerem o desejo, de produzirem prazer, de fazerem sentido. (CHARLOT, 2009, p.22).

Esses jovens esperam que a escola e os conteúdos oferecidos por ela estejam voltados para as suas experiências de vida e lhes direcione para vivência do trabalho. Dada à necessidade de sobrevivência, muitos jovens brasileiros ao conseguir emprego, abandonam estudo, talvez porque não conseguem administrar o tempo para continuar suas atividades escolares.

Ainda sobre os jovens do Ensino Médio,

Destacam-se sua ansiedade em relação ao futuro, sua necessidade de se fazer ouvir e sua valorização da sociabilidade. Além, das vivências próprias da juventude, o jovem está inserido em processos que questionam e promovem sua preparação para assumir o papel de adulto, tanto no plano profissional quanto no social e no familiar (BRASIL, 2013).

Pelo exposto, é importante que ao analisarmos o público alvo do Ensino Médio, no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), priorize propostas que torne a escola um espaço atraente e promissor, que seu conteúdo possa alcançar os interesses imediatos dos jovens e traga para as salas de aula assuntos inerentes a vida do educando como forma de atrair a juventude, público alvo, do Ensino Médio.

Na prática, é importante que a educação possa gerar condições que são imprescindíveis para que o estudante do Ensino Médio desenvolva ao longo da sua formação um perfil voltado para a superação das condições limitantes que a sociedade oferece.

A Resolução Nº 2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, no Título I, Capítulo II – Referencial legal e conceitual, nos mostra o conceito de currículo para o Ensino Médio.

Art. 6º O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio-afetivas. (BRASIL, 2013).

O processo de desenvolvimento tecnológico trouxe mudanças profundas na sociedade, principalmente nas relações de trabalho, revelando mais exigência na contratação de profissionais. Este fato contribui diretamente para que ocorram modificações na educação, nas políticas públicas e no atendimento adequado aos estudantes, com o objetivo de prepará-los de forma competente seu ingresso no mercado laboral.

Nessa perspectiva a educação formal foca ações que desenvolvam no estudante um comportamento proativo, que conceitua a profissão como um instrumento que facilita sua vida profissional no sentido de se estabelecer e desenvolver-se.

Conforme Dutra (2014, p. 86). “A lei traz também como diretriz o trabalho como princípio educativo para os estudantes do Ensino Médio, o que fortalece a sua formação e lhes oferece outras formas de aprendizagem”.

Ainda sob a ótica de Dutra (2014) outros órgãos foram criados para dar suporte à implantação das Políticas Públicas no Ensino Médio, o FUNDEB – (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) foi ampliado, o PRODEB (Programa de Equalização das Oportunidades de Acesso à Educação Básica), criado para subsidiar convênios de apoio aos Estados, como também o PAR (Plano de Ações Articuladas) responsável pelo aumento de recursos financeiros destinados para essa modalidade de ensino.

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE), o Programa Nacional de Transportes (PNT), são exemplos de apoio e infraestrutura para o atendimento ao que determina a lei.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 24 de abril de 2007 pelo Presidente da República e os Ministros da Educação, Fazenda e Planejamento. A mensagem é que o desenvolvimento da educação, essencial ao desenvolvimento econômico sustentável do país, impulsionado pelo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), depende de uma boa articulação de políticas públicas em vários setores.

O PDE faz ampla divulgação das medidas de apoio à Educação que serão tomadas para eliminar as barreiras que impedem o acesso e a permanência de crianças, adolescentes e jovens na escola (BRASIL, 2013, p.6)

Em 2011, o Ministério da Educação – Plano de Desenvolvimento da Escola (MEC-PDE) divulga documento contendo o objetivo do Programa Ensino Médio Inovador:

Apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do Ensino Médio e às demandas da sociedade contemporânea. (BRASIL, 2011).

Dessa forma a sociedade é convocada para assumir seu papel ativo como agentes políticos, responsáveis pela transformação social.

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI/FNDE), instituído pela Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, é estratégia do Governo Federal para induzir ao redesenho dos currículos do Ensino Médio e articulação:

Art. 2º. O Programa visa apoiar as Secretarias Estaduais de Educação e do Distrito Federal no desenvolvimento de ações de melhoria da qualidade do ensino médio não profissionalizante, com ênfase nos projetos pedagógicos que promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras. (BRASIL, 2009).

Estas ações são inseridas gradualmente ao currículo, para expandir o tempo que o aluno permanece na escola, recebendo educação integral. Amplia a diversidade de práticas pedagógicas que dão qualidade aos currículos das escolas de Ensino Médio, como afirma o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI/FNDE):

As ações propostas devem contemplar as diversas áreas do conhecimento a partir de atividades propostas nos seguintes macrocampos: Acompanhamento Pedagógico (Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza); Iniciação Científica e Pesquisa; Leitura e Letramento; Línguas Estrangeiras; Cultura Corporal; Produção e Fruição das Artes; Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias; e Participação Estudantil. (BRASIL, 2009).

Segundo Dutra (2014), o Ministério da Educação, ao instituir o Programa Ensino Médio Inovador em 2009, visa apoiar e enriquecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do Ensino Médio não profissional em tempo integral.

Gadotti (2009, p.38), ressalta sobre a escola de tempo integral:

A escola de tempo integral deve proporcionar estudos complementares e atividades de esporte, cultura, lazer, estudos sociais, línguas estrangeiras, cuidados de saúde, música, teatro, cultivo da terra, canto, ecologia, artesanato, corte e costura, informática, artes plásticas, potencializando o desenvolvimento da dimensão cognitiva e ao mesmo tempo afetiva e relacional dos alunos, entre outras.

Essas particularidades contidas no Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI/FNDE), são fortalecidas por Gadotti (2009), as quais permitem que as atividades

pedagógicas alcancem com mais profundidade os conhecimentos permutados em sala de aula, incentivando entre outras experiências, a iniciação científica e a pesquisa.

Dessa forma, vários estados brasileiros, aderiram ao programa do PROEMI, adotando essa perspectiva emancipadora, e para atender a esse propósito, aumentaram o tempo de permanência dos estudantes na escola para estabelecer uma matriz curricular específica identificada com a carga horária mínima exigida por lei, sem perder o elo com as atividades laborais (DUTRA, 2014).

Na implantação do programa foram analisadas as condições reais da comunidade escolar, com o objetivo de atender os estudantes matriculados na instituição contemplada com a nova política educacional. Nesse propósito outras políticas públicas interligaram ações ao programa para dar sustentabilidade aos objetivos desenhados na nova proposta curricular.

De acordo com Dutra (2014, p. 87), outro grande avanço na política pública para dar suporte ao Ensino Médio, foi a avaliação nacional, chamada de Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

No âmbito da verificação da aprendizagem, temos o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), avaliação criada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) em 1998, cuja proposta é analisar as competências e habilidades fundamentais dos estudantes nessa etapa de ensino para a inserção social e o exercício da cidadania (DUTRA, 2014).

Conforme a legislação brasileira a obrigatoriedade da implantação da oferta do Ensino Médio é de responsabilidade dos Estados, e conforme Dutra (2015, p.88): “Entre os entes federativos, alguns estados tem desenvolvido experiências de implantação de Políticas Públicas voltadas para a oferta do Ensino Médio Integral, com destaque para os estados de Pernambuco, Ceará e São Paulo”.

2.7 Ensino Médio em Pernambuco

O cenário econômico do Estado de Pernambuco vem apresentando, nos últimos anos, um perfil amplamente favorável ao crescimento e desenvolvimento, devido aos diversos investimentos de infraestrutura e na capacidade produtiva da região.

A chegada de novos empreendimentos exige uma demanda de trabalhadores mais qualificados para ocupar os postos de trabalho gerados com esses novos investimentos na economia pernambucana.

Dessa maneira a reforma do Ensino Médio em nível nacional, estabelece novo parâmetro educacional para os estados brasileiros, que indica ações pedagógicas para adequar as instituições à realidade do mundo do trabalho e ao contexto atual da sociedade brasileira.

Consciente dessa realidade atual, o Governo de Pernambuco, vem introduzindo uma política de Escolas de Referência em tempo integral no Ensino Médio, para todo o Estado, permitindo romper o ciclo de subdesenvolvimento que compromete a qualidade de vida de grande parte dos pernambucanos.

O Governo de Pernambuco iniciou, desde 2008, uma política universalista e equitativa para o Ensino Médio, formulando medidas de reestruturação, sem precedentes no Brasil.

Em 2008, a Educação Integral em Pernambuco tornou-se Política Pública de Estado. O modelo baseia-se na premissa da Educação Interdimensional, e conforme Dutra (2014, p. 25): “visando à qualidade social para uma educação que esteja além da construção unilateral dos conhecimentos e da aprendizagem de conteúdos”.

Pela primeira vez no país se executou uma política dessa envergadura voltada para o Ensino Médio a qual investe não apenas em aumentar o tempo pedagógico, mas valoriza a gestão das escolas, o professor, a metodologia, o conteúdo, o currículo dessas escolas e a alimentação dos estudantes (DUTRA, 2014 p. 23-24).

Nesse contexto, a gestão escolar adquire particularidades que beneficiam o compartilhamento e a divisão de encargos nas tomadas de decisões na Escola Integral dessa maneira, a equipe gestora passa a dividir com seus colaboradores as responsabilidades advindas desse norteamto.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, as escolas que compõem o Programa de Educação Integral fazem parte de um planejamento estratégico composto de ações educativas sistemáticas que abrangem “as quatro dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade”.

Portanto, é fundamental a formação de todos os educadores nessa filosofia para construção de escolas baseadas nessa concepção educacional. Tem-se aí uma educação voltada não apenas para construção dos conhecimentos cognitivos, mas pautada por uma filosofia na qual o homem é sujeito da sua história e torna-se capaz de intervir na realidade e no seu contexto social, a fim de transformá-los. (DUTRA, 2014, p. 23-24).

Nesse contexto iniciativas inovadoras se destacam como a criação do Programa Integral, por meio da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008 que tem como objetivo prioritário planejar e executar a progressiva universalização do atendimento dos egressos das escolas de Ensino Fundamental em 300 escolas de Ensino Médio com jornada

ampliada, (horário integral e semi-integral), com um mínimo de uma escola em cada município (PERNAMBUCO, 2008).

Outra iniciativa consiste na construção e implantação de Escolas Técnicas integradas ao Ensino Médio, e/ou subsequente, no total de 60 escolas em todo Estado de Pernambuco.

De acordo com Dutra (2014, p.24):

O Programa de Educação Integral propiciou mudanças que demarcaram diferenças substanciais na concepção, na definição de responsabilidades, na abrangência, no acesso e nas condições de funcionamento em relação às escolas de um turno. Surgiu, dessa forma, uma nova escola para o Ensino Médio, visando à qualidade social para uma educação além da construção unilateral dos conhecimentos e da aprendizagem dos conteúdos.

A educação integral surge para dar a população estudantil maiores possibilidades de avanço social, de continuidade nos estudos, e habilita o aluno para ingressar no mercado de trabalho com maiores possibilidades de sucesso e superação.

A inclusão da educação integral esta prevista na lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. O plano nacional de educação (PNE) assegura para o período de 2014-2024 a meta 06, de proporcionar educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica. Entre outras disposições estratégicas existem as que norteiam a progressividade do programa no sentido de ampliar o atendimento: a reestruturação das escolas públicas, o regime de colaboração na execução da política, a ampliação da gratuidade dos estudantes matriculados, a extensão da proposta às escolas do campo, considerando suas particularidades (BRASIL, 2014).

Isto fica claro, quando a escola se estrutura para direcionar práticas que determinam e possibilitam o desenvolvimento do indivíduo no processo constitutivo da sociedade e da formação integral. Dessa maneira, está cumprindo seu papel relevante na construção de uma sociedade mais igualitária.

Para Gadotti (2009, p.51),

A ampliação da jornada escolar está assentada no conceito de educação integral, que articula todas as ações do governo às demandas da população, entendendo que todas elas têm a ver, direta ou indiretamente, com a educação. A escola passa a ser o centro formativo e de referência dos direitos de cidadania da população. A educação integral envolve o entorno das escolas, ampliando a cultura da escola para além dos muros da unidade escolar.

A função social da escola se volta para construção de um mundo melhor e mais justo para todos, pois através da troca de experiências e de conhecimentos forma indivíduos participativos e responsáveis, prontos a conviver com as diferenças na busca de uma verdadeira sociedade democrática.

Segundo Gadotti (2009, p.58):

As recentes experiências, fundadas na concepção cidadã de educação, representam uma alternativa viável, negadora e superadora do projeto neoliberal capitalista da escola pública. Elas comprovam que escola pública pode ser competente, participativa e democrática.

O Estado de Pernambuco tinha a necessidade de melhorar a qualificação dos jovens e adultos para facilitar sua inclusão no mundo do trabalho, sendo necessária uma política educacional integradora que favorecesse a classe trabalhadora, de modo a permitir a elevação da escolaridade e ao mesmo tempo da qualificação profissional.

Gadotti (2009, p.52) ressalta que:

O direito à educação não se reduz ao direito de estar matriculado na escola. É direito de aprender na escola. Sabemos que é no interior das salas de aula que devemos medir os efeitos de qualquer projeto educacional, de qualquer política educacional, verificando o quanto os alunos aprenderam.

Desse modo fica explícita a necessidade de formação de estudantes que possam desenvolver ações empreendedoras tornando-se autor e gestor da sua própria história, como cidadão pleno, responsável, com direitos adquiridos pelas lutas sociais e contemplados na constituição cidadã.

Conforme indicações de Freire (2009, p.101) em relação aos propósitos curriculares: “Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue com o educando as experiências do debate e da análise dos problemas e que não lhe propicie condições de verdadeira participação”.

Analisando a educação com uma visão do presente e com perspectivas do futuro a Secretaria de Educação de Pernambuco procurou adaptar o currículo do Ensino Médio em 2011 à realidade educacional em nosso Estado.

Segundo Dutra (2015, p.89) “a partir de 2011 foram acrescentadas ao currículo dessas escolas as disciplinas de Direitos Humanos e Empreendedorismo”, foram acrescidas a matriz curricular do Ensino Médio como meio de ampliar conhecimentos e favorecer ao aluno competência para o convívio social, o exercício da cidadania e o mundo laboral.

Nessa orientação o componente curricular de Projeto de Empreendedorismo foi incorporado na matriz curricular das Escolas de Referência incluída na parte diversificada.

Gadotti (2009, p. 58) afirma que o propósito da educação integral deve “ser assumida não só como um projeto de governo e da Secretaria de Educação, mas como projeto da sociedade”, que sinaliza a integração do homem com a realidade socioeconômica.

Freire (2009, p.98) ressalta que:

Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada, tanto quanto possível, criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade. A própria essência da democracia envolve uma nota fundamental, que lhe é intrínseca – mudança

2.7.1 As escolas de referência pernambucanas

A Lei Complementar Nº125, de 10 de julho de 2008, implantou no Estado de Pernambuco o Programa Integral e as diretrizes para a educação integral no Ensino Médio, criando as Escolas de Referências.

Os jovens pernambucanos a partir dessa lei, podem optar por uma escola em horário integral, semi-integral ou continuar estudando em escola de turno único. Com isso, o Governo de Pernambuco está garantindo oportunidades educativas em escolas de alta qualidade para todos, respeitando as escolhas dos que desejam ingressar em uma escola de Ensino Médio, visando o acesso ao Ensino Superior ou ao mercado de trabalho. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, 2012).

De acordo com Dutra (2014) a jornada de trabalho das Escolas de Referências passaram a ter dois tipos de duração: jornada escolar integral, que funciona em dois turnos, com 9 horas aulas diárias, totalizando 45 horas/aula semanais, existentes nas Escolas de Referência em Ensino Médio Integral e de jornada semi-integral, que funciona semanalmente com cinco turnos e dois contra turnos, com cinco horas/aula diárias, em cada turno, totalizando 35 horas/aula semanais, nas Escolas de Referência em Ensino Médio Semi-Integrais.

Segundo Dutra (2014, p.27) “O Estado de Pernambuco é composto de 184 municípios e o Distrito de Fernando de Noronha, e disponibiliza pelo menos 01 (uma) dessas escolas em cada um dos municípios e no distrito”.

No ano de 2014, segundo Dutra (2014), o estado passou a funcionar com 300 Escolas de Referência em Ensino Médio, as últimas autorizadas pelo decreto nº 39.039 de 04 de janeiro de 2013 (PERNAMBUCO, 2013).

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco possui 16 (dezesesseis) Gerências Regionais de Educação (GRE), de acordo com a Figura 03, distribuídas ao longo de todo o estado. Cada uma possui suas particularidades e especificidades, e são compostas por um grupo de escolas.



Fonte: www.educacao.pe.gov.br

Figura 3 - Gerências Regionais de Educação do Estado de Pernambuco.

A GRE Recife Sul é formada por 86 escolas (21 Escolas de Referência, 02 Escolas Técnicas, 01 Escola de Aplicação, 03 Escolas Prisionais e 59 Escolas Regulares), está localizada na Zona Sul do Recife.

As Escolas de Referência em Ensino Médio da GRE Recife Sul, com jornada integral e semi-integral, estão listadas no Apêndice B, onde foi desenvolvido este projeto de pesquisa.

As Escolas de Referência em Ensino Médio são estabelecimentos de ensino público que se diferenciam do restante da rede pública por introduzir profundas mudanças em termos de conteúdo, método e gestão.

Os professores dessas escolas têm remuneração superior à dos professores das demais escolas regulares, dedicação exclusiva e habilitação na disciplina ministrada. O abandono nestas escolas é inferior a 3% ao ano, enquanto nas demais escolas é superior a 15% ao ano. Os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco – IDEPE, que avalia a qualidade das escolas estaduais, apontaram um avanço exponencial nas Escolas de Referência que ultrapassou, em 2011, a média estabelecida pelo Ministério da Educação para 2021 (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO, 2012).

Quanto às mudanças de conteúdo as escolas de referência desenvolvem uma proposta de Educação Interdimensional, de autoria do Professor Antônio Carlos Gomes da Costa – MODUS FACIENDI -, que contempla ações educativas sistemáticas voltadas para as quatro

dimensões do ser humano: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade. Isto é feito em regime de tempo integral e semi-integral.

Quanto ao método as grandes mudanças metodológicas são o rompimento da sala de aula como espaço exclusivo da docência, a ênfase à pedagogia da presença, ao desenvolvimento do protagonismo juvenil, da educação profissional, da cultura da trabalhabilidade e o foco do trabalho docente na aprendizagem do estudante, extrapolando os limites do tradicional foco no ensino.

Sobre a Pedagogia da Presença, Costa (2001a) salienta que a presença na vida do educando é o dado fundamental da ação educativa dirigida ao adolescente em situação de dificuldade pessoal e social. A presença é o conceito central, o instrumento-chave e o objetivo maior desta pedagogia.

Para esse mesmo autor essa Pedagogia na prática não é tarefa fácil de ser vivida, pois necessita de um alto nível de exigência e compromisso, “essa aprendizagem requer a implicação inteira do educador no ato de educar”.

A presença para Costa (2001a), “tem o sentido de contigüidade, não de proximidade física. A presença educativa é uma presença intencional, deliberada. É uma presença que tem a intenção de exercer sobre o outro uma influência construtiva.”

Quanto a gestão/planejamento institucional, está ligada ao planejamento estratégico aplicado à área educacional, experiência desenvolvida nas escolas pela professora Ivaneide Áurea (2011), Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação (TEAR).

Segundo Dutra (2014, p. 26):

Essa experiência se propõe a trabalhar o planejamento estratégico aplicado às escolas, tendo essas instituições a obrigatoriedade de elaborar um Plano de Ação Educacional baseado nesse planejamento, com o acompanhamento da referida autora.

Para Áurea (2011, p. 24), o TEAR é um instrumento de gestão, planejamento e resultados, “que a sua prática implica envolvimento de conscientização e disposição para rever paradigmas, desconstruir conceitos, assumir nova postura e novos desafios, transformando obstáculos em oportunidades de aprendizado e sucesso.”

2.7.2 O componente curricular de Empreendedorismo no Ensino Médio das escolas de referência pernambucanas

No Relatório das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, a chamada pública para a resignificação da escola, nesta etapa de ensino, esclarece que:

Está em jogo à recriação da escola que, embora não possa por si só resolver as desigualdades sociais, pode ampliar as condições de inclusão social, ao possibilitar o acesso à ciência, à tecnologia, à cultura e ao trabalho (BRASIL, 2013).

Dessa maneira as novas diretrizes para o Ensino Médio buscam assegurar um novo rumo aos seus objetivos visando diminuir as diferenças nas camadas sociais quando a escola abre possibilidades concretas de acesso ao mundo tecnológico, da cultura e do trabalho.

A Instrução Normativa nº 02/2011, que foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 14/01/11, fixa normas para a implantação das Matrizes Curriculares da Educação Básica no âmbito das escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, a partir do ano letivo de 2011 (PERNAMBUCO, 2011a).

Nessa norma, a disciplina de Projeto de Empreendedorismo, entra na matriz curricular das Escolas de Ensino Médio Integral e Semi-integral, sendo obrigatória na parte diversificada como relata o Art. 28 e o Art. 32. No Art. 33, que determina a obrigatoriedade de constar no Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino pernambucanas, essa disciplina, oportunizando o exercício da autonomia de cada gestão para retratar a identidade de cada escola (PERNAMBUCO, 2011a).

Na Instrução Normativa Nº 01/2012, Diário Oficial de Pernambuco, de 28 de fevereiro de 2012 fixa normas para a reorganização das Matrizes Curriculares da Educação Básica no âmbito das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, para o ano letivo de 2012, ficando estabelecido que:

Art.61. Na Parte Diversificada, o componente curricular Projeto de Empreendedorismo, a partir de 2012, deverá ser desenvolvido em 1 (uma) hora - aula semanal nos 1º, 2º e 3º anos.

Parágrafo único. O Projeto de Empreendedorismo definido pela escola será de matrícula obrigatória para o estudante. (PERNAMBUCO, 2012).

A inclusão do componente curricular Projeto de Empreendedorismo nas escolas de referência do Governo do Estado de Pernambuco visa atender às políticas públicas que norteiam a educação pernambucana e beneficia os jovens que ingressam no Ensino Médio, no sentido de prepará-los para o mundo do trabalho, e influencia diretamente tanto a elaboração curricular, quanto a capacitação dos profissionais e estudantes.

De acordo com o Manual de Orientações Pedagógicas da Secretaria Executiva de Educação Profissional de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2011b), o Empreendedorismo desenvolve nos estudantes suas habilidades na gestão de negócios como empreendedor, gerando competitividade e permanência no mercado de trabalho, com capacidades para empreender negócios, administrando atividades da vida em sociedade e da carreira profissional.

A proposta do componente curricular é despertar o Empreendedorismo na juventude como uma das estratégias para a inclusão social e acesso ao mercado de trabalho (PERNAMBUCO, 2011b). Assim, por meio dessa experiência, os estudantes podem aprender com atividades práticas como funciona o mercado de trabalho, assimilar novos conhecimentos e concretizar seus objetivos.

Os professores responsáveis pelo componente curricular são escolhidos pelos gestores escolares, muitas vezes para complementar a sua carga horária ou pela Secretaria Executiva de Educação Profissional (SEEP). Não há uma formação específica para o componente curricular em questão, mas os professores passam por capacitações e orientações continuadas.

É da escola a responsabilidade de, através dos seus conteúdos, preparar o estudante para exercitar no seu cotidiano os conhecimentos aprendidos no espaço escolar de forma significativa, isto é, que houvesse situações de empregabilidade desses saberes. (BRASIL, 2013).

Do professor, espera-se um desempenho competente, capaz de estimular o estudante a colaborar e a interagir com seus colegas, tendo-se em mente que a aprendizagem, para bem ocorrer, depende de um diálogo produtivo com o outro (BRASIL, 2013).

Segundo Campos (2012), cabe ao professor observar em volta e perceber que o mundo está mudando muito rapidamente e que suas atitudes devem levar os alunos a uma permanente mobilização para aprenderem coisas novas.

Para atender a essa função a formação continuada de professores deve ser encarada como um processo permanente, acompanhando integralmente as transformações ocorridas na sociedade, portanto é um esforço cotidiano para alcançar as metas dispostas no projeto educacional da escola.

Embora o consenso exista, a escola permanece resistente às mudanças, vivendo ações pedagógicas tradicionais onde as informações não se relacionam com a realidade social e se distanciam muitas vezes das experiências dos próprios estudantes e das inovações que surgem através de estudos e pesquisas.

A apropriação de conhecimentos científicos se efetiva por práticas experimentais, com contextualização que relacione os conhecimentos com a vida, em oposição a metodologias pouco ou nada ativas e sem significado para os estudantes. Estas metodologias estabelecem relação expositivas e transmissivistas que não coloca os estudantes em situação de vida real, de fazer, de elaborar (BRASIL, 2013).

Nóvoa (2009, p.9) fortalece essa perspectiva no sentido de materializar a prática e o discurso pedagógico:

É importante assegurar que a riqueza e a complexidade do ensino se tornem visíveis do ponto de vista profissional e científico, adquirindo um estatuto idêntico a outros campos de trabalho acadêmico e criativo é ao mesmo tempo essencial reforçar dispositivos e práticas de formação de professores baseadas numa investigação que tenha como problemática a ação docente e o trabalho.

O Empreendedorismo como componente curricular ou como tema transversal, a ser trabalhado nas salas de aulas e nas escolas da educação básica, requer uma aprendizagem significativa, como ressalta Smole (2016):

De fato para que a aprendizagem ocorra, ela deve ser significativa, o que exige uma compreensão de significados, relacionando-os às experiências anteriores e vivências pessoais dos alunos, permitindo a formulação de problemas desafiantes. São recursos que incentivem o aprender mais, o estabelecimento de diferentes tipos de relações entre fatos, objetos, acontecimentos, noções e conceitos, desencadeando modificações de comportamentos e contribuindo para a utilização do que é aprendido em diferentes situações.

Smole (2016) enfatiza ainda que:

A aula deve tornar-se um fórum de debate e negociação de concepções e representações da realidade, um espaço de conhecimento compartilhado no qual os alunos sejam vistos como indivíduos capazes de construir, modificar e integrar idéias, tendo a oportunidade de interagir com outras pessoas, com objetos e situações que exijam envolvimento, dispondo de tempo para pensar e refletir acerca de seus procedimentos, de suas aprendizagens, dos problemas que têm que superar. Os aprendizes devem participar da aula trazendo tanto seus conhecimentos e concepções quanto seus interesses, preocupação e desejos para sentirem-se envolvidos num processo vivo.

2.7.3 Os quatro pilares da educação, nas escolas de referência pernambucanas

As escolas de referência oferecem aos pernambucanos uma proposta de educação diferenciada em regime de tempo integral e semi-integral, desencadeando um processo de reflexão voltada para a transformação da realidade. Tudo isso, tendo em vista a formação do cidadão capaz de interagir na sociedade em que vivemos.

Tais mudanças fundamentam-se na proposta de Educação Interdimensional, de autoria do Professor Antonio Carlos Gomes da Costa.

Segundo Costa (2006), a essência estruturante da educação integral fundamenta-se no conceito de ação educativa que parte do pressuposto de que a educação é a comunicação intergeracional do humano, envolvendo a transmissão de conhecimentos, sentimentos, crenças, valores, atitudes e habilidades (PERNAMBUCO, 2010).

As ações educativas propostas são voltadas ao desenvolvimento das quatro dimensões do ser humano de acordo com a Educação Interdimensional que tem sua origem na Grécia Antiga: racionalidade, afetividade, corporeidade e espiritualidade.

Na antiguidade clássica ocidental (Grécia e Roma) a educação dirigia-se, de modo equilibrado, às diversas dimensões do ser humano: razão, sentimentos, desenvolvimento corporal e espiritual. Nas épocas que se seguiram, essas perspectivas e esse equilíbrio interdimensional acabaram se perdendo. Na Idade Média predominou a dimensão da espiritualidade (Mytho) e, de lá para cá, com o advento da modernidade, a razão (Logos) passou a reinar soberana sobre todas as demais dimensões. Este processo exacerbou-se a partir do Iluminismo. A proposta da educação interdimensional é a busca do equilíbrio perdido entre as diversas dimensões do humano, procurando harmonizá-las na construção de itinerários formativos, que vão além da simples transmissão de conteúdos disciplinares (enteléquias). (PERNAMBUCO, 2010, p.09).

Um itinerário formativo interdimensional deve contemplar, além das enteléquias (conteúdos relacionados ao logos), atividades que envolvam a corporeidade (esportes, danças) a sensibilidade (teatro, canto, artes visuais, literatura) e a espiritualidade, no sentido de relação com a dimensão transcendente da vida: crenças, princípios e valores, que se constituem em fontes de significado e sentido para a existência humana (PERNAMBUCO, 2010, p.09).

Em 1990, na Tailândia, na cidade de Jomtien, realizou-se uma Conferência Internacional sobre Educação, patrocinada pela UNESCO, e ao término da mesma se elaborou um documento de valor incontestável: “A Declaração Mundial sobre a Educação para Todos”.

Inspirados nos desafios de Jomtien, especialistas do mundo inteiro prepararam um relatório, sob o título “Educação – Um tesouro a descobrir”, representa invulgar revisão crítica à política educacional para salas de aula de todo o mundo e fundamenta-se em grandes objetivos e em estratégias para alcançá-los (ANTUNES, 2014, p.12).

Esse documento é cheio de idéias inovadoras, que traz no seu cerne “Os Quatro Pilares da Educação”. Uma visão holística da educação que não se restringe ao universo pedagógico e aponta o caminho para a construção de um ser humano mais completo, com uma formação mais abrangente e mais responsável com seu planeta.

Delors (1998) ressalta que:

As modificações profundas dos quadros tradicionais da existência humana colocam-nos perante o dever de compreender melhor o outro, de compreender melhor o

mundo. Exigências de compreensão mútua, de entreatajuda pacífica e, por que não, de harmonia são precisamente os valores que o mundo mais carece.

Para Delors (1998), “a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”.

A Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, ao qual Delors (1998) foi o relator, destacou a dimensão do aprender a conviver, ou seja, do Aprender a viver juntos, como a dimensão mais importante, pois se constitui a base educacional para todas as outras.

Trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento acerca dos outros, da sua história, tradições e espiritualidade. E a partir daí, criar um espírito novo que, graças precisamente a esta percepção das nossas crescentes interdependências, graças a uma análise partilhada dos riscos e dos desafios do futuro, conduza à realização de projetos comuns ou, então, a uma gestão inteligente e apaziguadora dos inevitáveis conflitos, utopia vital para sair do ciclo perigoso que se alimenta do cinismo e da resignação (DELORS, 1998, p. 19).

Esse espírito novo de compreender melhor o mundo e compreender melhor o outro é um dos sonhos da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Os outros três sustentáculos também fornecem elementos básicos para o aprender a viver juntos.

O aprender a conhecer é o passaporte para uma educação permanente, na medida em que fornece o gosto e as bases para a aprendizagem ao longo de toda a vida. O aprender a fazer no dia a dia para atribuir cada vez mais importância na instrumentalização entre a escola e o trabalho. E o aprender a ser como necessidade de cada um de se conhecer e compreender-se melhor (DELORS, 1998).

Para isso, a educação deve, pois, adaptar-se constantemente as transformações da sociedade, sem deixar de transmitir as aquisições, os saberes básicos frutos da experiência humana (DELORS, 1998, p.21).

A seguir detalharemos mais um pouco sobre os quatro pilares da educação:

Aprender a conhecer: abarca as diversas maneiras de o ser humano lidar com o conhecimento, integrando os três domínios da metacognição: aprender o aprender (autodidatismo), ensinar o ensinar (didatismo) e conhecer o conhecer (produção de conhecimento), (PERNAMBUCO, 2010). Para Delors (1998), meio, pelo qual se pretende que cada um aprenda a compreender o mundo que o rodeia, pelo menos na medida em que isso lhe é necessário para viver dignamente, para desenvolver as suas capacidades profissionais, para comunicar. Finalidade, porque seu fundamento é o prazer de compreender, de conhecer, de descobrir.

Aprender a fazer: relaciona-se com o processo de aquisição de habilidades básicas, específicas e de gestão, que possibilitam à pessoa adquirir uma profissão, serviço ou ocupação, que lhe permita integrar-se de forma produtiva no mundo do trabalho (PERNAMBUCO, 2010). Segundo Delors (1998), aprender a conhecer e aprender a fazer são, em larga medida, indissociáveis. Mas a segunda aprendizagem está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional: como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro quando não se pode prever qual será a sua evolução?

Aprender a conviver: abrange as relações do ser humano com os outros seres humanos e com as circunstâncias naturais, sociais, culturais e espirituais em que está inserido (PERNAMBUCO, 2010). Para Delors (1998), é necessário que a escola desenvolva atitudes de empatia, sendo muito útil para os comportamentos sociais ao longo de toda a vida. Ensinando, aos jovens a adotar a perspectiva de outros grupos étnicos ou religiosos podem-se evitar incompreensões geradoras de ódio e violência entre adultos, por exemplo.

Aprender a ser: diz respeito à relação de cada ser humano consigo mesmo (PERNAMBUCO, 2010). Delors (1998) afirma que todo o ser humano deve ser preparado, especialmente graças à educação que recebe na juventude, para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida.

Antunes (2001) ressalta que para buscar respostas plausíveis aos desafios que essa nova educação impõe, o educador deve organizar-se buscando quatro aprendizagens essenciais (aprender a ser; aprender a conviver; aprender a fazer; e aprender a conhecer) que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo sua bússola segura.

Para Delors (1998),

Em regra geral, o ensino formal orienta-se, essencialmente, se não exclusivamente, para o “Aprender a Conhecer” e, em menor escala, para o “Aprender a Fazer”. As duas outras aprendizagens dependem, a maior parte das vezes, de circunstâncias aleatórias quando não são tidas, de algum modo, como prolongamento natural das duas primeiras. Ora, a comissão pensa que cada um dos “Quatro Pilares do Conhecimento” deve ser objeto de atenção igual por parte do ensino estruturado, a fim de que a educação apareça como uma experiência global a levar a cabo ao longo de toda a vida, no plano cognitivo como no prático, para o indivíduo enquanto pessoa e membro da sociedade.

A Avaliação Interdimensional segundo Costa (2006), implementada nas escolas de referência pernambucanas, vai de acordo com “Os Quatro Pilares da Educação”, de Jacques Delors, as aprendizagens que constituem o eixo estruturador de uma proposta de educação

para o século XXI, que são elas: (I) aprender a conhecer; (II) aprender a fazer; (III) aprender a conviver; e (IV) aprender a ser.

Diante disso, Antonio Carlos Gomes da Costa, traduziu as quatro aprendizagens em ações concretas no cotidiano educativo transformando-as em competências (comportamentos observáveis) por parte dos estudantes. Assim, a partir das quatro aprendizagens de Jacques Delors, Costa estruturou quatro competências: competência cognitiva, competência pessoal, competência relacional e competência produtiva (PERNAMBUCO, 2010).

As aprendizagens se desdobram em competências, quando deixam de ser comportamentos de entrada e se transformam em comportamentos de saída.

Sendo assim, a aprendizagem refere-se ao como o conhecimento entra em nossas vidas. As competências revelam como eles saem de nós e se aplicam às atividades práticas, que desenvolvemos ao longo da vida pessoal, social e profissional (PERNAMBUCO, 2010).

"O aprender a ser se desdobra em um conjunto de competências pessoais. O aprender a conviver se desdobra em um conjunto de competências relacionais. O aprender a fazer se desdobra em um conjunto de competências produtivas. E, finalmente, o aprender a conhecer se desdobra em um conjunto de competências cognitivas". (PERNAMBUCO, 2010, p. 27).

Cada uma das quatro competências é constituída por um conjunto de habilidades. Para alguém ser competente em alguma coisa, é preciso que essa pessoa domine um determinado conjunto de habilidades (PERNAMBUCO, 2010, p. 27).

Um professor competente, precisa dominar um amplo conjunto de habilidades, devendo: deter o domínio suficiente do conteúdo de sua disciplina para o nível de ensino em que atua; ser capaz de comunicar esse conteúdo aos seus educandos com a necessária simplicidade, clareza e concisão; elaborar planos de curso, de unidade e de aula; executar o que foi planejado; deter o manejo de classe (motivação e disciplina); avaliar o desempenho de seus educandos; incorporar o resultado do processo avaliativo à introdução de ajustes e melhoria em seu próprio trabalho (PERNAMBUCO, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho, de acordo com a natureza do estudo, sujeitos da pesquisa, coleta, análise e interpretação dos dados.

3.1 Natureza do estudo

O trabalho em tela adotou uma abordagem qualitativa descritiva. Para Godoy (1995), “quando o estudo é de caráter descritivo, busca-se o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade.”

Segundo Richardson (2007, p. 79) “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno”.

Para este mesmo autor, em geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa têm como objeto situações complexas ou estritamente particulares.

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. (RICHARDSON, 2007, p. 79).

Para Cooper e Schindler (2011, p. 164) a pesquisa qualitativa:

Inclui um conjunto de técnicas interpretativas que procuram descrever, decodificar, traduzir e, de outra forma, apreender o significado, e não a frequência, de certos fenômenos ocorrendo de forma mais ou menos natural no mundo social.

Segundo Gil (2012, p.175),

[...] ao contrário do que ocorre nas pesquisas experimentais e levantamentos em que os procedimentos analíticos podem ser definidos previamente, não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores qualitativos. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador.

3.2 Sujeitos da pesquisa

O Estado de Pernambuco atualmente possui 300 Escolas de Referência em Ensino Médio, distribuídas em jornadas integrais e semi-integrais, e jurisdicionadas por 16 Gerências Regionais de Educação (GRE).

A capital pernambucana, Recife, possui duas GREs, a Recife Sul e a Recife Norte. A GRE Recife Sul possui 21 escolas de referência (Apêndice A), onde foi desenvolvida a presente pesquisa. A GRE Recife Sul foi escolhida por ter sido uma das pioneiras no ensino do Empreendedorismo, o que a qualifica como o bloco de escolas de referência mais indicado para realização do estudo.

Foram identificados os 21 (vinte e um) docentes que possuem experiência prática com o componente curricular Projeto de Empreendedorismo, e que foram os sujeitos da presente pesquisa. Esses docentes lecionam em escola de referência de jornada integral e de jornada semi-integral que fazem parte da GRE Recife Sul.

3.3 Questões éticas

O projeto desta pesquisa foi submetido, avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da UFPB, cumprindo-se todas as exigências estabelecidas. A aplicação do roteiro de entrevista aconteceu respeitando as normas éticas. E todos os sujeitos que participaram da pesquisa receberam cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Número de aprovação do comitê CAAE 62255516.1.0000.5188, e número do parecer 1858299.

3.4 Coleta de dados

No presente estudo, a pesquisadora utilizou a técnica da entrevista semi estruturada. E seguiu um roteiro de perguntas abertas, previamente estabelecido (Apêndice B). O registro das entrevistas foi realizado de forma explícita e com ciência dos entrevistados no momento em que a mesma aconteceu, com o auxílio de um gravador de voz digital. As entrevistas foram agendadas em visitas prévias às 21 (vinte e uma) escolas da GRE Recife Sul. Essas visitas prévias tiveram o objetivo principal de gerar uma atmosfera de cordialidade entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa. Também foi realizada a apresentação do objetivo do projeto no processo de ensino e aprendizagem e foi enfatizada a importância da participação do docente no desenvolvimento da pesquisa. E, para legitimar a participação do docente na pesquisa foi assinado a carta de aceite (Apêndice C) e o TCLE (Apêndice D) pelos docentes

que aceitaram participar do estudo, e também foi firmado o acordo de anonimato do participante na divulgação de análise de dados.

A presente pesquisa tinha a pretensão de entrevistar 21 (vinte e um) docentes das 21 (vinte e uma) escolas de referência da GRE Recife Sul. Porém, seis deles se encontravam em licença no momento da pesquisa. Ou seja, afastados de suas funções laborais.

Para realizar as entrevistas a pesquisadora foi diretamente ao encontro dos docentes nas suas escolas de origem, agendando com os docentes e gestores das unidades escolares. Antes de iniciar as entrevistas, a pesquisadora explicou a cada entrevistado os objetivos do trabalho e procurou promover um clima descontraído. No início se percebeu certa inibição, natural quando se trata de um primeiro contato, mas à medida que o diálogo evoluiu, a timidez diminuiu, levando a um clima mais leve e o docente ia se sentindo cada vez mais a vontade para falar de sua prática.

Houve em geral uma boa receptividade por parte dos entrevistados e até um clima de agradecimento por estarem participando do estudo, colaborando com a pesquisa e um sentimento de importância e esperança de mudança. As entrevistas duraram de 30 a 40 minutos.

Em seguida, passou-se a etapa de transcrição das entrevistas. Foi preciso reproduzir sucessivas vezes cada áudio para fazer as anotações. Para cada professor foi criada uma ficha de transcrição e interpretação dos resultados, onde se destacou os trechos mais significativos das falas.

Gil (2012, p. 109) enfatiza que:

A entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas no âmbito das ciências sociais. Psicólogos, Sociólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais e praticamente todos os outros profissionais que tratam de problemas humanos valem dessa técnica, não apenas para a coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação.

3.5 Análise dos dados

Após a coleta dos dados, a fase seguinte da pesquisa foi a de análise dos dados. Para este trabalho de pesquisa foi utilizada a Análise de conteúdo.

De acordo com Franco (2008, p. 12) “o ponto de partida da Análise de conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. E ressalta que:

Dentre estas manifestações do comportamento humano, a expressão verbal, seus enunciados e suas mensagens, passam a ser vistos como indicadores indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados às práticas educativas e a seus componentes psico-sociais e, portanto, para o desenvolvimento da própria Psicologia da Educação (FRANCO, 2008, p.08)

Para esta mesma autora essa nova Ciência em ascensão, que já ganha espaço desde os idos de 1915, define, em princípio, seu próprio objeto de estudo: o comportamento humano.

A Análise de conteúdo inicialmente trazia a marca dos postulados positivistas para os quais o rigor científico invocado é o da medida, objetividade, neutralidade e quantificação. E esteve limitada, principalmente, a análise de dados “naturais” ou “disponíveis”, isto é, dados que existem sem qualquer participação ativa do investigador, como, por exemplo, jornais, livros, documentos oficiais e documentos pessoais. Com o passar do tempo, porém, a análise de conteúdo passou a ser utilizada para produzir inferências acerca de dados verbais e/ou simbólicos, mas, obtidos a partir de perguntas e observações de interesse de um determinado pesquisador (FRANCO, 2008).

Baseando-se na perspectiva das inferências, este trabalho de pesquisa adotou a técnica da entrevista para analisar a percepção docente acerca do componente curricular Projeto de Empreendedorismo ministrado no Ensino Médio público do Estado de Pernambuco. Utilizando-se da descrição (enumeração das características do texto, resumida após um tratamento inicial), da inferência (procedimento intermediário que vai permitir à passagem, explícita e controlada da descrição a interpretação), e da interpretação (significação concedida a essas características, vinculando- os as teorias abordadas no presente estudo), para alcançar os objetivos propostos nesta dissertação (FRANCO, 2008, p.30).

Para a análise dos dados, adotou-se neste trabalho de pesquisa o modelo proposto por Bardin (1977, p. 95) que se organizam em torno de três fases: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A seguir detalharemos cada fase:

Pré-análise – Nesta fase a pesquisadora organizou e preparou todo o material coletado, que foram as fichas transcritas de cada entrevistado. No primeiro momento foi realizada uma primeira leitura flutuante para estabelecer um primeiro contato com o material a ser analisado. No segundo momento, na medida em que a pesquisadora retomava a leitura, a mesma realizava recortes nos textos em unidades comparáveis para a categorização em análise temática.

A Exploração do material – Depois da organização e preparação do material, a fase seguinte da análise foi à codificação. Para a codificação a pesquisadora utilizou a unidade de

registro tema para categorizar os recortes realizados. Os temas no texto foram recortados em torno dos objetivos deste trabalho, agrupando-se a sua volta tudo o que o entrevistado exprimiu a respeito deles. Temas trabalhados na exploração do material: Perfil dos docentes; Métodos e técnicas mais utilizadas no ambiente escolar para o ensino de Projeto de Empreendedorismo; Fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem e Contribuições da implementação do componente curricular de Empreendedorismo, à luz dos “Quatro Pilares da Educação” de Delors (1998).

Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação – Os resultados brutos foram tratados de maneira significativa levando em consideração os objetivos expressos neste trabalho. Diante dos resultados a pesquisadora propôs inferências e adiantou interpretações a propósito dos objetivos previstos.

No próximo capítulo estão expostos os resultados encontrados.

4 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa foram entrevistados 15 (quinze) docentes, que lecionam o componente curricular Projeto de Empreendedorismo, nas escolas de referência da GRE Recife Sul, da rede pública estadual pernambucana. Com o objetivo de analisar a percepção docente acerca do componente curricular Projeto de Empreendedorismo ministrado no Ensino Médio público de Pernambuco.

Por meio dos depoimentos destes docentes foram coletadas informações que possibilitaram identificar o perfil destes profissionais; métodos e técnicas mais utilizadas no ambiente escolar; distinguir os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem e evidenciar as contribuições da implementação do componente curricular de Empreendedorismo, à luz dos “Quatro Pilares da Educação, Delors (1998)”.

Como previsto, muitos pontos de vista acerca da percepção docente em relação ao componente curricular de Empreendedorismo são semelhantes, embora apresentem particularidades distintas e específicas. Para que a identidade dos docentes, fossem preservadas, foram adotada letras que vão de A até O, para fins de identificação fictícia nas seções seguintes.

A primeira seção trará um levantamento do perfil dos docentes quanto a sua idade, formação acadêmica, vínculo com a Secretaria de Educação de Pernambuco, como se deu o processo de escolha para ministrar o componente curricular de Empreendedorismo, quanto tempo leciona e como tem sido sua formação continuada para lecionar Empreendedorismo para os jovens do Ensino Médio.

Nas seções seguintes serão abordados os métodos e técnicas mais utilizadas; fatores dificultadores/facilitadores e desafios. Por fim, a última seção irá discorrer sobre as contribuições da implementação do componente curricular de Empreendedorismo, à luz dos “Quatro Pilares da Educação, Delors (1998)”.

4.1 Perfil do docente de Empreendedorismo da rede pública estadual de PE

Esta seção tratou das características pontuais dos docentes, visando-a traçar um perfil desses profissionais com a finalidade de identificar aspectos em comum dentre os docentes entrevistados.

Tabela 7 - Dados pessoais dos docentes entrevistados.

Entrevistado	Gênero	Faixa etária	Grau de escolaridade	Formação acadêmica	Tempo que leciona Empreendedorismo
A	F	60 anos	Graduação	Letras e Turismo	04 anos
B	M	53 anos	Graduação	Geografia	11 meses
C	M	34 anos	Graduação	Geografia	09 meses
D	M	37 anos	Graduação	Geografia	03 anos
E	F	34 anos	Graduação	História e Bacharel em Direito	03 anos
F	F	43 anos	Graduação	Geografia e Bacharel em Direito	01 ano
G	F	52 anos	Graduação	História	03 anos
H	F	70 anos	Graduação	Pedagogia	06 anos
I	F	54 anos	Graduação	Geografia	03 anos
J	F	47 anos	Graduação	Letras	02 anos
K	F	36 anos	Graduação	Química	02 anos
L	F	48 anos	Graduação	Biologia	02 anos
M	M	38 anos	Graduação	Geografia	02 anos
N	F	45 anos	Graduação	Biologia	06 meses
O	M	51 anos	Graduação	História	02 meses

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

Na Tabela 7, verifica-se que em sua maioria os docentes entrevistados são do sexo feminino, e que possuem formações variadas: Pedagogia, Letras, Geografia, História, Química e Biologia, mas a que mais prevaleceu foi a Licenciatura em Geografia. Três docentes possuem duas graduações.

Em relação ao tempo que leciona Empreendedorismo, chama a atenção a Entrevistada H, que possui seis anos que está ministrando o Componente Curricular de Empreendedorismo, desde que ele entrou na Matriz Curricular das Escolas de Referência pernambucanas. Apenas quatro docentes são muito recentes com meses de experiências, os demais variam de um a seis anos.

Tabela 8 - Dados profissionais dos docentes entrevistados.**(continua)**

Entrevistado	Vínculo com a Secretaria de Educação Estadual de PE	Processo de escolha para lecionar Empreendedorismo	Formação Continuada
A	Efetivo	Complementação de carga horária.	Nunca participou.
B	Efetivo	Complementação de carga horária.	Não existe na rede estadual, mas busco por conta própria, por ser empreendedor no ramo da construção civil.

Tabela 8 - Dados profissionais dos docentes entrevistados.

(conclusão)			
Entrevistado	Vínculo com a Secretaria de Educação Estadual de PE	Processo de escolha para lecionar Empreendedorismo	Formação Continuada
C	Efetivo	Assumi as aulas de outro professor.	Só participou até agora de uma dada pela SEEP, sobre Educação Fiscal.
D	Efetivo	Complementação de carga horária.	Busco por conta própria, pois na rede estadual não tem.
E	Efetivo	Fui encaminhada pela SEEP.	Fiz cursos em EAD pela SEFAZ e SENAC.
F	Efetivo	Fui escolhida pela SEEP.	Pesquisas na internet.
G	Contrato Temporário	Porque possuo Especialização em Gestão de Pessoas, área que aborda aspectos relacionados.	Nunca participou.
H	Efetivo	Escolha própria, porque era uma coisa nova.	Nunca participou.
I	Efetivo	Fui escolhida pela SEEP.	Há seis anos atrás tivemos um curso dado pela ONG Interjovem Plus, com parceria da SEE de 80 horas. Mas de lá p cá busco por conta própria.
J	Contrato Temporário	Complementação de carga horária.	Até o momento só houve um, dado pela SEEP, sobre Educação Fiscal.
K	Efetivo	Complementação de carga horária.	Nunca tive formação na rede estadual.
L	Efetivo	Complementação de carga horária.	Nunca tive.
M	Efetivo	Preencher o horário.	Em meu estado não há formação nessa área.
N	Efetivo	Acréscimo de carga horária.	Apenas uma formação até o momento pela SEE.
O	Efetivo	Não houve processo, foi imposto ao professor.	Nunca tive.
			Apenas uma formação até o momento pela SEE.

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

A Tabela 8 demonstra os dados dos docentes entrevistados no tocante às informações profissionais dos mesmos, ao passo que é possível verificar que apenas os Entrevistados G e J, possuem vínculo temporário com o Governo do Estado de Pernambuco, os demais são efetivos e concursados da Secretaria de Educação.

No item sobre o processo de escolha para ministrar o componente curricular de Empreendedorismo, todos os relatos são similares, os docentes em geral, são escolhidos pela SEEP (Secretaria Executiva de Educação Profissional), responsável na Secretaria de

Educação pelas Escolas Técnicas e de Referências do Estado de Pernambuco, ou pelo gestor escolar, para complementação de carga horária.

No item Formação Continuada em Empreendedorismo, observamos que a Secretaria Estadual de Educação (SEE), não tem ofertado formações sistemáticas para este componente curricular. Entre os docentes entrevistados onze nunca participaram de formações continuadas da SEE, três buscam por conta própria e apenas quatro relataram que este ano de 2016, houve um encontro sobre Educação Fiscal e que estiveram presentes.

4.2 Métodos e técnicas mais utilizadas

Nesta seção verificam-se os principais recursos, estratégias de ensino e avaliativas utilizadas pelos docentes entrevistados para o ensino do componente curricular de Projeto de Empreendedorismo.

Tabela 9 - Recursos, estratégias de ensino e avaliação dos docentes entrevistados.

(continua)

Entrevistado	Recurso e estratégias de ensino	Avaliação da aprendizagem
A	Utilizo nas minhas aulas filmes, DVDs, músicas e textos.	Com a realização de trabalhos escritos, pesquisas, observações e posturas em sala de aula. Este processo é realizado em três etapas: diagnóstica, formativa e somativa.
B	Textos que tratam do tema Empreendedorismo; Confecciono com os estudantes currículos e orçamentos e faço planos de negócios médio e longo prazo.	Realizo tarefas em grupo (dinâmicas de liderança), atitudes comportamentais (responsabilidade, assiduidade, pontualidade), conhecimentos de práticas comerciais (impostos e taxas)
C	Uso textos, vídeos e slides.	Através de participação, assiduidade, seminários e simulados.
D	Faço exposições orais sobre o conteúdo. Utilizo quadro e data show.	Provas escritas, seminários, atividades escritas e debates.
E	Projetos bimestrais, uso mídias com vídeo aula, faço fichas impressas.	A avaliação faz parte de um processo contínuo de acompanhamento das atividades propostas e participação e desempenho nos projetos.
F	Utilizo o quadro branco para atividades em sala de aula. Trabalhos e projetos didáticos.	Participação dos alunos nas atividades feitas em sala e nos debates.
G	Nas minhas aulas eu promovo debates, análises de estudos de caso, e investigação de empreendedores na comunidade.	Discussão sobre a dimensão subjetiva do trabalho.

Tabela 9- Recursos, estratégias de ensino e avaliação dos docentes entrevistados.
(conclusão)

Entrevistado	Recurso e estratégias de ensino	Avaliação da aprendizagem
H	Uso mídias e convido pessoas para dar palestra para os meus estudantes.	Sempre com pesquisas e apresentações de trabalhos, entrevistas e provas escritas.
I	Data show, quadro e piloto, vídeo aulas e papel reciclado	Trabalhos e provas escritas.
J	Uso a teoria e a prática. Faço colagens e pesquisas.	Interdisciplinando todas as disciplinas de acordo com a pesquisa em sala.
K	Uso mídias, data show, som, jornais, textos e revistas.	Avaliação através de dinâmicas, seminários e provas.
L	Trabalho com simulações de empresas, teatro, produção textual e confecção de produtos artesanais.	Avaliação contínua das produções individuais e em grupos.
M	Uso revistas, jornais e DVD.	Atividades escritas e provas.
N	Data show, quadro e piloto, vídeo aulas.	Através da participação e do envolvimento nas atividades desenvolvidas.
O	Aulas expositivas.	Através de trabalhos e projetos.

A Tabela 9 ilustra que em geral os docentes entrevistados utilizam em suas aulas como principais recursos: data show, som, jornais, DVDs, quadro e piloto. As principais estratégias de ensino elencadas por eles são: leitura de textos com temas sobre o Empreendedorismo, produção textual, exposição oral do conteúdo, debates, vídeo aulas, teatro, confecção de produtos e palestras.

Apenas o Entrevistado B, realiza com os estudantes a estratégia de formular currículos e trabalhar planos de negócios.

Apenas a Entrevistada H, promove palestras convidando empreendedores para dar palestras e conversar com os estudantes

Apenas a Entrevistada G, faz investigação na comunidade sobre empreendedores locais.

No item, Avaliação da aprendizagem verifica-se que entre os docentes entrevistados que prevaleceu a técnica de prova escrita e trabalhos orais e escritos, como também é levado em consideração à questão da participação e envolvimento nas aulas de Projeto de Empreendedorismo.

4.3 Fatores dificultadores/facilitadores e Desafios

Nesta seção verifica-se atingir o terceiro objetivo específico deste projeto de pesquisa distinguindo os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem do componente curricular Projeto de Empreendedorismo, ministrado pelos docentes entrevistados.

4.3.1 Fatores dificultadores

Pelos depoimentos colhidos, evidencia-se que em geral os docentes têm dificuldades para lecionar o componente curricular Projeto de Empreendedorismo, pois não possuem formação específica para lecionar e também porque a rede estadual não vem ofertando para seus docentes a formação continuada. Outro fator bastante comentado entre os entrevistados é a falta de material didático e de parâmetros curriculares de Empreendedorismo.

A Docente A destaca que um dos fatores que dificulta muito a sua prática pedagógica é a falta de infra-estrutura na escola onde trabalha, para um melhor desempenho da educação empreendedora, tais como: salas de aulas inadequadas, com apenas um ventilador, super calorentas; ausência de copiadora para reproduzir textos e materiais didáticos.

O Docente B relata também que um dos fatores dificultadores é que o fato da disciplina não reprovar, alguns alunos não tem responsabilidade e com isso existe um total descaso, chegando ao ponto de não realizar as tarefas e atividades para a aquisição do certificado proposto pela ONG Junior Achievement, contudo existe um pequeno grupo de estudantes que fazendo cursos técnicos se deparam com algumas situações como entrevistas para o mercado de trabalho quando começam estagiar, então para esses estudantes existem o comprometimento.

A Docente F em relação aos fatores dificultadores elenca algumas dificuldades: primeiramente não existe um perfil empreendedor no nosso alunado, antes de impor uma nova disciplina deveria haver um diálogo entre a SEE, educadores e alunos. Segundo, não existe um material didático específico da disciplina, a construção dele é constante e conta também com a participação dos próprios alunos. A existência de formações continuadas é real importância para qualquer matéria e seria vital para a de Empreendedorismo. Destacando-se que 1 hora/aula é um tempo reduzido demais para que essa construção se dê a contento.

Para a Entrevistada G, um dos fatores que dificulta a prática para uma educação empreendedora é o preconceito, por falta de informação sobre o assunto, pois a princípio a disciplina não é muito bem vista pelos alunos.

4.3.2 Fatores facilitadores

Quanto aos fatores facilitadores, os entrevistados destacaram a criatividade dos estudantes, a capacidade de inovar dos jovens e a disposição em participar de trabalhos em equipes e grupos.

O Docente C destaca que possui facilidade em trabalhar os assuntos porque são relevantes para o ingresso do alunado no mercado de trabalho e que os assuntos trabalhados estão em constantes debates nos meios de comunicação.

Para a Docente E os aspectos facilitadores é o apoio que ela tem da gestão escolar e da equipe docente da unidade escolar que trabalha, para executar projetos didáticos de forma interdisciplinar.

A Docente G ressalta que os facilitadores seriam as novas ferramentas tecnológicas, como: slides, data show, vídeos aulas, redes sociais, etc...

De acordo com a Docente J os facilitadores são as experiências práticas dos alunos com o comércio informal.

4.3.3 Desafios

Os depoimentos demonstram similaridades no fator desafio para o aprendizado de Empreendedorismo no Ensino Médio nas escolas de referência pernambucanas. Em geral, verifica-se um esforço dos docentes em fazer com que os jovens tenham mais responsabilidades com seus estudos e atividades, como também de conscientizá-los da importância do componente curricular Projeto de Empreendedorismo para a formação pessoal e profissional.

Para a Docente H seu grande desafio para o ensino do componente curricular é a carga horária de uma aula semanal que a mesma acha insuficiente e a estrutura física das salas de aula que não é compatível para um trabalho adequado.

A Docente I relata que seu desafio maior é a falta de material didático para trabalhar com os alunos.

A Docente L esclarece que o Empreendedorismo por se tratar de um componente curricular recente há pouco investimento em capacitação para os professores; pouca pesquisa na área da educação e pouco recurso financeiro destinado a ele.

Os participantes da pesquisa sugeriram a SEE, como proposta para suprir as dificuldades e superar os desafios encontrados no dia a dia da sala de aula para o ensino de Projeto de Empreendedorismo: valorizar o componente curricular como formador técnico; instituir nas escolas laboratórios de práticas comerciais; capacitar mais os docentes através de congressos, oficinas, palestras e formação continuada, dessa forma os professores terão mais capacidade de conscientizar os alunos da importância da disciplina; aumentar a divulgação da temática sobre Empreendedorismo nas escolas; criar salas temáticas; constante trabalho de reflexão, motivação e envolvimento dos alunos, mostrando que o Empreendedorismo é mais uma oportunidade pra vida profissional deles; construção de uma cartilha de Empreendedorismo com textos e atividades para serem trabalhados em sala de aula; aumento da carga horária semanal do componente curricular; obter parcerias com instituições como Sebrae ou ONGs.

Para Delors (1998, p. 103) a educação ocupa cada vez mais espaço na vida das pessoas à medida que aumenta o papel que desempenham na dinâmica das sociedades modernas, ele ressalta sobre a importância da formação continuada:

Hoje em dia ninguém pode pensar adquirir, na juventude, uma bagagem inicial de conhecimentos que lhe baste para toda a vida, porque a evolução rápida do mundo exige uma atualização contínua dos saberes, mesmo que a educação inicial dos jovens tenderem a prolongar-se.

Portanto, os depoimentos revelaram que os docentes demandam a capacitação em conteúdos específicos e o desenvolvimento de competências empreendedoras para que se sintam aptos, de fato, a trabalhar com o componente curricular de Projeto de Empreendedorismo

4.4 Contribuições dos Quatro Pilares da Educação (DELORS, 1998)

4.4.1 Aprender a Ser

Os depoimentos revelaram que o pilar Aprender a Ser é trabalhado pelos docentes entrevistados durante as aulas de Projeto de Empreendedorismo, na forma de estímulos a reflexão dos estudantes para desenvolver a sensibilidade, a autonomia, a ética, o senso crítico.

Para o Docente C, a dimensão do Aprender a Ser é proposta mostrando para o aluno que os conhecimentos adquiridos na disciplina de Empreendedorismo o tornarão um ser mais consciente e crítico no mundo em que ele está inserido.

Já a Docente E, trabalha nas aulas relacionando o tema a experiência de vida do estudante e desenvolvendo a pedagogia da pergunta.

A Docente F trabalha a dimensão do Aprender a Ser, despertando no alunado o interesse por uma nova área de conhecimento que pode ajudá-lo a ter mais oportunidades na vida cotidiana. Demonstra também que há uma importância real e um novo olhar sobre a construção de um perfil inovador e atuante, como uma maneira de oportunizar novas vivências.

A Docente H relata que trabalha a dimensão do Aprender a Ser, quando simula uma organização de uma empresa e os educandos usa suas habilidades para compreender-se na busca pelo seu bem estar, buscando sua realização pessoal.

Para a Docente K a dimensão do Aprender a Ser, é vivenciada no dia a dia da sala de aula, fazendo com que os alunos tenham a consciência do que ele é e do que ele pode fazer. Colocando em prática suas habilidades e replicando o que aprendem.

Segundo Delors (1998, p.102) as recomendações para os docentes trabalhar o Aprender a Ser, seriam:

Para melhor desenvolver a sua personalidade e estar à altura de agir com cada vez maior capacidade de autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Para isso, não negligenciar na educação nenhuma das potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.

Portanto, para este pilar surge a necessidade de um trabalho mais intencional em sala de aula por parte dos docentes e voltados para o desenvolvimento e o exercício pleno das potencialidades de cada estudante.

4.4.2 Aprender a Conhecer

O pilar do Aprender a Conhecer, é mais trabalhado, mais pensado, mais planejado e mais dirigido nas aulas de Projeto de Empreendedorismo. Em geral os depoimentos demonstram que os docentes colocam os estudantes para realizarem pesquisas, assistirem vídeos, fazer debates e apresentar seminários, com o objetivo de adquirir os conhecimentos para seu crescimento pessoal, social e profissional, assegurando sua empregabilidade.

Sendo assim, Delors (1998, p. 101) recomenda para o Aprender a Conhecer:

Combinando uma cultura geral, suficientemente vasta, com a possibilidade de trabalhar em profundidade um pequeno número de matérias. O que também

significa: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo de toda a vida.

Para a Docente A, as suas aulas propiciam aos estudantes a valorização da leitura e compreensão de textos, como: decompor, resumir e interpretar situações, e disponibiliza também situações para o uso do raciocínio lógico, como executar cálculos.

Em relação à dimensão do Aprender a Conhecer a Docente F ressalta que é de fundamental importância beneficiar-se das oportunidades oferecidas por esse novo conhecimento (Empreendedorismo) ao longo da vida, lançando um novo horizonte para a vida prática do alunado, oportunizando novos saberes, construindo um sujeito participativo e criativo.

A Docente H esclarece que as situações didáticas vivenciadas em suas aulas propiciam a dimensão do Aprender a Conhecer, quando o educando começa a adquirir os conhecimentos para seu crescimento pessoal, social e profissional, assegurando sua empregabilidade e habilidades básicas, específicas e de gestão.

De acordo com Delors (1998) o ensino necessita ter sentido para o jovem aprendiz, para gerar uma aprendizagem significativa. De acordo com os depoimentos, percebe-se que o ensino de Empreendedorismo para o estudante de Ensino Médio é bastante apropriado e importante nessa faixa etária.

4.4.3 Aprender a Fazer

Para o Docente C a dimensão do Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer, estão interligadas. O Aprender a Conhecer é despertado à medida que os alunos são incentivados a pesquisarem sobre um assunto, e o Aprender a Fazer quando os mesmos socializam o resultado da pesquisa através de seminários.

Referindo-se a dimensão do Aprender a Fazer, a Docente E, relata que trabalha com a reflexão de textos que demonstram o conhecimento como múltiplo e que sofre evoluções infinitas, portanto tornando prazeroso o ato de aprender com foco na curiosidade e na autonomia. Pensando no novo, reconstruindo o velho e reinventando o pensar.

A Docente G ressalta que realiza em sala de aula atividades que estimulam o prazer no ato de compreender e que valorizam a curiosidade, a autonomia e a atenção, de forma que o aluno possa descobrir e construir o conhecimento na área de Empreendedorismo. Exemplos de atividades vivenciadas em sala de aula: pesquisas, debates e seminários.

A Docente I também faz a interligação das dimensões, Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer, relatando que as situações didáticas vivenciada em suas aulas propiciam as duas dimensões citadas a partir da realização das aulas teóricas e práticas, com aulas de campo para visita de feiras de profissões, em diversas universidades e faculdades locais e nas mostras culturais na própria escola.

A Docente K privilegia em suas aulas as participações dos estudantes em dinâmicas, colocando em prática situações vivenciadas por eles, ou do cotidiano normal. Debatendo depois e refletindo sobre o que aconteceu.

Delors (1998, p.101) ressalta e recomenda também que o Aprender a Fazer:

A fim de adquirir, não somente uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais ampla, competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Mas também aprender a fazer, no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho que se oferecem aos jovens e adolescentes, quer espontaneamente, fruto do contexto local ou nacional, quer formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternando com o trabalho.

Segundo Delors (1998) o pilar Aprender a Fazer deve estar presente no cotidiano da sala de aula. Percebe-se nos depoimentos dos entrevistados que o ensino de Empreendedorismo necessita trabalhar com muita ênfase este pilar, pois se trata de um componente curricular que requer prática e ação. Nesse sentido, se faz necessário a elaboração de um planejamento de aulas que dê conta dessa dimensão por parte dos docentes.

Delors (1998, p.20) salienta a importância de se trabalhar o aprender a fazer para adquirir competências mais amplas, que prepare o indivíduo para enfrentar numerosas situações, muitas delas imprevisíveis, e que facilite o trabalho em equipe, dimensão atualmente muito negligenciada pelos métodos pedagógicos. Essas competências e qualificações se tornarão mais acessíveis se forem enriquecidas com atividades profissionais em paralelo com os estudos.

4.4.4 Aprender a Conviver

O último pilar da educação, o Aprender a Conviver, é estimulado pelos docentes entrevistados basicamente nos trabalhos em grupos, no convívio dentro da própria sala de aula, nas trocas de opinião e no respeito mútuo. Em geral, a dimensão do Aprender a Conviver é valorizada quando os estudantes aplicam o respeito pelo próximo, escutam a opinião dos outros e expõem as suas.

De acordo com os depoimentos o Aprender a Conviver, também é bastante trabalhado e estimulado durante as aulas de Empreendedorismo.

Recomendações de Delors (1998, p.102) para trabalhar o Aprender a Viver Juntos: "Desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências – realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos – no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz."

Na dimensão do Aprender a Conviver, a Docente A, valoriza em suas aulas a autonomia dos estudantes para incentivar o protagonismo juvenil, como também a autoresistência para não se deixar arruinar pelos infortúnios da vida, mas aprender a crescer com eles.

O Docente C ressalta que a maioria de suas atividades são realizadas em grupos, com o objetivo de desenvolver o espírito de liderança, tolerância as diversidades e solidariedade.

Para a Docente E a dimensão do Aprender a Conviver é valorizada nas administrações de conflitos de idéias, durante os debates em sala; estimulando a participação de projetos comuns e o prazer e satisfação no esforço comum e conjunto.

Para a Docente F a dimensão do Aprender a Conviver é valorizado, constantemente. A socialização das atividades, os trabalhos em grupos, fomentando a iniciativa e participação de todos em situação de igualdade e solidariedade, são exemplos de vivências em suas aulas.

A Docente G ressalta a importância da dimensão e tenta valorizá-la em sala de aula através do compartilhamento de experiências com o objetivo de que os alunos aprendam a viver com os outros, a compreender as diferenças e a desenvolver a percepção de interdependência e de respeito que são fundamentais para que eles tenham sucesso no mercado de trabalho.

Para a Docente H em suas aulas a dimensão do Aprender a Conviver é valorizada, quando há apresentações de trabalhos em grupo. Um exemplo dessa atividade foi quando os estudantes apresentaram um restaurante como empresa, os alunos fizeram de forma bastante harmoniosa e produtiva com seus colegas de turma e para a comunidade escolar, demonstrando competência social.

A Docente I valoriza a dimensão a partir das experiências vivenciadas em sala de aula em equipes, respeitando os diversos saberes do aluno empreendedor. O saber para ela estar em ver em cada aluno suas habilidades, desenvolvidas durante o cotidiano em sala, como por exemplo, alunos que se destacam no setor gastronômico, artes plásticas, teatro, esportes, etc.

A Docente O desafia os estudantes a aprender com a convivência com o outro, respeitando as diferenças e exercitando a fraternidade.

Pelos depoimentos colhidos evidencia-se que o trabalho em grupo é uma estratégia de ensino unânime nas aulas dos docentes entrevistados. Que as temáticas trabalhadas em Empreendedorismo colaboram para atividades em equipe, estimulando a convivência respeitosa do pluralismo de valores, da compreensão mútua e da paz (DELORS, 1998).

E para finalizar, Delors (1998) chama a atenção e recomenda para todos os educadores que o ensino leve em consideração os quatro pilares da educação e que todos tenham a devida importância no planejamento das aulas.

Numa altura em que os sistemas educativos formais tendem a privilegiar o acesso ao conhecimento, em detrimento de outras formas de aprendizagem, importa conceber a educação como um todo. Esta perspectiva deve, no futuro, inspirar e orientar as reformas educativas, tanto em nível da elaboração de programas como da definição de novas políticas pedagógicas (DELORS, 1998, p. 102).

5 CONCLUSÃO

Nesta seção abordaram-se aspectos referentes às considerações finais acerca da pesquisa realizada e os seus respectivos resultados encontrados. A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar a percepção docente acerca do componente curricular Projeto de Empreendedorismo ministrado no Ensino Médio público do Estado de Pernambuco.

Para o primeiro objetivo específico que tinha por finalidade identificar o perfil dos docentes que lecionam o componente curricular Projeto de Empreendedorismo, na GRE Recife Sul, pode-se identificar que entre os docentes pesquisados dez são do sexo feminino e cinco do sexo masculino. Suas formações abrangem várias licenciaturas como: Letras, Pedagogia, Química, Biologia, História, mas a que mais prevaleceu foi a Licenciatura em Geografia. O tempo de experiência com o componente curricular Projeto de Empreendedorismo, também varia muito, de meses há anos. Dos entrevistados apenas a Docente H, possui seis anos de experiência, sendo assim é a que participou da implantação do componente curricular na matriz curricular do Ensino Médio nas escolas de referência. Referindo-se ao vínculo com a Secretaria de Educação do Estado, apenas dois são professores com contrato temporário. Em relação ao processo de ingresso para lecionar Projeto de Empreendedorismo, em sua maioria, relatam que o motivo foi para complementação da carga horária, foram escolhidos ou pelo gestor ou pela SEEP, vale salientar também que os docentes que complementam carga horária com Projeto de Empreendedorismo, lecionam de dois ou mais componentes curriculares na rede estadual. Sobre formação continuada em Empreendedorismo, as respostas também são similares em afirmar que a rede estadual não vem promovendo as mesmas para seus docentes.

No que diz respeito ao segundo objetivo específico que buscou identificar métodos e técnicas mais utilizadas no ambiente escolar para o ensino de Projeto de Empreendedorismo, conclui-se que as estratégias de ensino ou técnicas mais utilizadas são: aula expositiva, videoaula, leitura de texto, debate, seminário e projeto didático. Os recursos didáticos mais utilizados são: data show, som, quadro e piloto. A avaliação da aprendizagem é feita através de provas escritas e trabalhos escritos e orais.

Em se tratando do terceiro objetivo específico, que procurou distinguir os fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem de Projeto de Empreendedorismo, os fatores preponderantes nesse quesito, conforme relato dos docentes, é a falta de recursos didáticos para trabalhar com os estudantes, seja do livro didático ou de materiais para as oficinas e aulas

práticas e a ausência da formação continuada para o componente curricular em questão, que forneça embasamento teórico e prático, para subsidiarem o trabalho de formação empreendedora. Os processos facilitadores mais citados são: a disposição e a participação dos estudantes, a criatividade e suas experiências no mercado informal, que colaboram para um enriquecimento da aula. Os docentes entrevistados relataram também que a solução para as dificuldades e os desafios seria: formações sistemáticas para o componente curricular de Empreendedorismo, aumento da carga horária semanal para no mínimo duas aulas, e aquisição de materiais didáticos para diversificar as aulas.

No último objetivo específico, que procurou estudar as contribuições da implementação do componente curricular de Empreendedorismo, à luz dos “Quatro Pilares da Educação de Delors (1998)”, concluiu-se que os docentes entrevistados vivenciam e trabalham os Quatro Pilares da Educação no dia a dia e na convivência com os estudantes na sala de aula, porém de uma maneira espontânea e não dirigida e nem planejada. Os temas tratados em sala de aula sobre o Empreendedorismo permitem a discussão e o debate e perpassa todos Os Quatro Pilares da Educação, como: Aprender a Ser, Aprender a Fazer, Aprender a Conhecer e Aprender a Conviver.

No entanto, é importante que os docentes tenham o entendimento que estes quatro pilares não podem dissociar-se por estarem imbricados, constituindo interação com o fim único de uma formação holística do indivíduo, ou seja, de uma educação interdimensional. Daí a necessidade de uma aprendizagem ao longo da vida, fundamentada em quatro pilares.

Portanto, diante de todos os relatos concluiu-se que os docentes entrevistados que lecionam Projeto de Empreendedorismo, por não terem formação específica para este componente curricular, carecem de formação em serviço para desenvolverem com mais qualidade seu trabalho de formação empreendedora para os jovens, que possam através de seus estudos e planejamentos elaborar aulas diversificadas, atrativas e de forma a contemplar “Os Quatro Pilares da Educação”.

Na elaboração deste trabalho alguns aspectos merecem uma investigação posterior. Desta forma, esses aspectos são apresentados a seguir como sugestão para futuros estudos: Qual a percepção discente acerca do componente curricular projeto de Empreendedorismo ministrado no Ensino médio público do Estado de Pernambuco?; Que aprendizagens o componente curricular Projeto de Empreendedorismo está proporcionando aos docentes e discentes da rede pública estadual de Pernambuco?; Como o componente curricular Projeto de

Empreendedorismo pode contribuir para o Itinerário formativo, Formação Técnica e Profissional a partir da Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017?;

REFERÊNCIAS

ALONSO, Y. A. R.; SORIANO, C. J.; FEO, S. R. La cátedra de emprendimiento con enfoque solidario en el marco de la formación en educación media. **Silogismo**, v. 1, n. 9, p.1-20, 2012.

ANTUNES, C. **Como desenvolver as competências em sala de aula**. Petrópolis: Vozes, 2014.

AUGUSTO JUNIOR. Os sete segredos que inspiram pessoas. In: OGATA, M.; SITA, M. **Manual completo de treinamentos comportamentais**. São Paulo: Ser Mais, 2015.

ÁUREA, I. **TEAR: Tecnologia Empresarial Aplicada à Educação: Gestão e Resultados**. Olinda: Livro Rápido, 2011. 182 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1977.

BOTEGA, D.; FRANCHI, P. Desenvolvendo pessoas empoderadas e empoderadoras. In: OGATA, M.; SITA, M. **Manual completo de treinamentos comportamentais**. São Paulo: Ser Mais, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 08 de jun. de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009, MEC. **Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio**. 2009. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/port_971_09102009.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. **Programa Ensino Médio Inovador**: Documento orientador. Brasília: MEC, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9607-documentoorientador-proemi&Itemid=30192>. Acesso em: 27 maio 2016.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Caminhos para elaborar uma proposta de educação integral em jornada ampliada**: como ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para crianças, adolescentes e jovens aprenderem. Brasília: SEB/MEC, 2013.

_____. Lei Nº 13.005 de 25 de Junho de 2014. **Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – 2014/2024**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 08 jun. 2016

_____. **Projeto de Lei Nº 772 de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/124353>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

_____. **Medida Provisória Nº 746 de 22 de setembro de 2016**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB\2015**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

_____. **Lei Nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaNormas.action?tipo_norma=LEI&numero=013415&data=2017&SUBMIT1=Pesquisar>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

CAMPELLI, M. G. R. et al. Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 112-132, 2011.

CAMPOS, C. M. **Saberes Docentes e Autonomia dos Professores**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**: questões para educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo**: Dando asas ao espírito empreendedor/ Empreendedorismo e viabilidade de novas empresas: Um guia eficiente para iniciar e tocar seu próprio negócio. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COOPER, D. R; SCHINDLER, P. S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 10ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

_____. **Pedagogia da Presença**: da solidão ao encontro. 2ª ed. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001. (a)

_____. **Presença educativa**. 2º ed. São Paulo: Editora Salesiana, 2001. (b)

COSTA, A. C. G. **Protagonismo juvenil**: adolescência educação e participação democrática. São Paulo: FTD, 2006.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

DOLABELA, F. **Quero construir a minha história**. Rio de Janeiro: Sextante, 2009.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando idéias em negócios. 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship)**: prática e princípios. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

DUTRA, P. F. V. **Educação Integral no Estado de Pernambuco**: Uma política pública para o Ensino Médio. Recife: Editora UFPE, 2014.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. 3ª ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

GADOTTI, M. **Educação Integral no Brasil**: Inovações em processo. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GALINDO, R.; ECHAVARRÍA, M. V. Diagnóstico de la cultura emprendedora en la escuela de ingeniería de Antioquia. **Revista EIA**, n. 15, p. 85-94, 2011.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2001. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2002. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2003. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2004. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2005. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2006. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2007. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2008. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2009. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2011. Disponível em: <<http://www.ibqp.org.br/projetos/gem/acervo/>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2012. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/gem%20relat%C3%B3rio%20executivo%202012.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2013. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/gem-2013-recorde-de-empresendedores-por->

oportunidadedetalhe29,1cc9742e7e294410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 14 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/pesquisa-gem-2014detalhe45,c9a1aabb6b6c410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GEM - GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. Empreendedorismo no Brasil. **Relatório Executivo**, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIMENEZ, F. A. P. et al. (org.). **Educação para o empreendedorismo**. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014. 176 p.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

GOERGEN, P. (Org.). **Educação e diálogo**. Maringá: Eduem, 2010.

HENRIQUE, D. C.; CUNHA, S. K. Práticas Didáticos-Pedagógicas no Ensino de Empreendedorismo em Cursos de Graduação e Pós-Graduação Nacionais e Internacionais. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 5, p. 112-136, 2008.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JUNIOR ACHIEVEMENT. Disponível em: <<http://www.jabrazil.org.br/jape/junior-achievement/institucional>>. Acesso em: 08 de junho de 2016.

LAGE, N. Empreendedorismo para crianças. **Revista Construir Notícias**, n.83, p.57-62, 2015.

LENZI, F. C. **A Nova Geração de Empreendedores**: guia para elaboração de um plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2009.

LOPES, R. M. A. (Org.). **Educação Empreendedora**: conceitos, modelos e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: SEBRAE, 2010.

MUSSAK, E. **Metacompetência**: uma nova visão do trabalho e da realização pessoal. São Paulo: Gente, 2003.

NÓBREGA, I. Empreendedorismo para crianças: Qual é o seu sonho? **Revista Construir Notícias**. n.83, p.5-14, 2015.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Lisboa: Educa, 2009.

PERNAMBUCO. Lei Complementar Nº 125, de 10 de julho de 2008. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**. Pernambuco, PE, 11 jul. 2008. p.3.

_____. **Manual de Acompanhamento, Registro e Avaliação das Experiências**. Pernambuco: SEE, 2010.

_____. Instrução Normativa nº 02, de 14 de janeiro de 2011. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**. Pernambuco, PE, 14 fev. 2011. (a)

_____. **Manual de Orientações Pedagógicas da Secretaria de Educação Profissional de Pernambuco**. Recife: SEEP, 2011. (b)

_____. Instrução Normativa nº 01/2012. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco 28 de fevereiro de 2012 – Poder Executivo**. Pernambuco, PE, 28 fev. 2012.

_____. Decreto Nº 39.039 de 04 de janeiro de 2013. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo**, Pernambuco, PE, 5 jan. 2013. p.3.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ROQUE, W. **Futuro Planejado**: empresas que estão à frente dos acontecimentos garantem faturamento crescente mesmo em épocas de vacas magras. **Pequenas empresas & Grandes negócios**, nº 246, 2009. Disponível em: <<http://revistapegn.globo.com/Empresasenegocios/0,19125,ERA482351-2488,00.html>>. Acesso em: 07 de junho de 2016.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O que é o SEBRAE**. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em: 07 de junho de 2016.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO. **Curso de aperfeiçoamento em gestão escolar**: Módulo 01: Políticas Públicas Educacionais: Marcos Regulatórios. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 2012.

SIQUEIRA, F. À Procura de um modelo. **Revista Educação**, n. 230, p. 42-45, 2016.

SMOLE, K. C. S. **Aprendizagem Significativa**: O lugar do conhecimento e da inteligência. Disponível em: <<http://mathema.com.br/reflexoes/aprendizagem-significativa-o-lugar-do-conhecimento-e-da-inteligencia-2/>>. Acesso em 27 maio 2016.

SPOSITO, M. P. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultural. **Educação e Pesquisa**, v. 36, p. 93-104. 2009.

SOUZA, A. M.; SARAIVA, L. A. S. Práticas e Desafios do Ensino de Empreendedorismo na Graduação em uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Gestão e Regionalidade**, v.26, n.78, p. 64-77, 2010.

TIMMONS, J. A.; SPINELLI, S. **New venture creation**: entrepreneurship for the 21st century. 6th ed. Boston: McGraw-Hill/Irwin, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Relação das escolas de referência com respectivos endereços

ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO		
Tempo Integral		
ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO
Porto Digital	Av. Rio Branco, 193	Bairro do Recife
João Bezerra	Rua Francisco Val Passos s/n	Brasília Teimosa
Martins Júnior	Rua Padre José Regueira, 136	Torre
Olinto Víctor	Av. Afonso Olindense, 153	Várzea
Santos Dumont	Av. Barão de Souza Leão, 792	Boa Viagem
Sen. Paulo Guerra	Av. Dr. José Rufino, 2993	Tejipió
Othon Paraíso	Av. Manoel G. da Luz, 140	Mustardinha
ESCOLAS DE REFERENCIA EM ENSINO MÉDIO		
Tempo Semi- integral		
ESCOLA	ENDEREÇO	BAIRRO
Amaury de Medeiros	Rua São Miguel, sn.	Afogados
Aníbal Falcão	R. Aprígio Guimaraes 102	Tejipió
Apolônio Sales	R. Prof. José B.V. Nova, 38	Ibura de Baixo
Diário de Pernambuco	R. Costa Sepúlveda	Engenho do Meio
Dom Sebastião Lemer	Rua Engenho Muribeca	UR-3 Ibura
Lauro Diniz	Pça Mal. Soares d'Andréa s/n	Ipsep
Profa. Helena Pugô	Rua 15 de março s/n	Bongi
Jorn. Trajano Chacon	Avenida do Forte, s/n	Cordeiro
Joaquim Nabuco	Rua Imperial 1102	São José
Prof. J. Emerenciano	Av Angra dos Reis s/n	UR Ibura
Prof. T. de Mendonça	Rua Capetinga s/n	Jardim S. Paulo
Joaquim Távora	rua real da torre sn	Madalena
Maria Rita da S. Lessa	Av. Ind. Mendes Sampaio s/n	Jordão de Baixo
Mariano Teixeira	Av. Cap. Felipe Ferreira s/n	Areias

Fonte Educacao_Integral: <http://www.educacao.pe.gov.br/portal/>

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

ROTEIRO DE ENTREVISTA

BLOCO I: PERFIL (REFERENTE AO PRIMEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO)

- Sua idade?
- Qual seu vínculo com a Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco?
Efetivo () Contrato Temporário ()
- Qual sua formação acadêmica?
- Como se deu o processo de escolha para ministrar o componente curricular de Empreendedorismo?
- Há quanto tempo leciona Empreendedorismo nessa escola? Ou em outra escola da mesma rede de ensino?
- Como tem sido sua formação continuada para lecionar Empreendedorismo para os jovens do Ensino Médio?

BLOCO II: MÉTODOS E TÉCNICAS MAIS UTILIZADAS (REFERENTE AO SEGUNDO OBJETIVO ESPECÍFICO)

- Quais os recursos didáticos mais utilizados em sala de aula?
- Como se dá o processo de avaliação da aprendizagem em Empreendedorismo?

BLOCO III: FATORES DIFICULTADORES/FACILITADORES E DESAFIOS (REFERENTE AO TERCEIRO OBJETIVO ESPECÍFICO)

- Para você, quais os fatores dificultadores que interferem na sua prática, para uma Educação Empreendedora?
- E os facilitadores?
- Elenque os maiores desafios para o aprendizado da disciplina de Empreendedorismo?
- Do seu ponto de vista, quais soluções você apresentaria para seus desafios?

BLOCO IV: CONTRIBUIÇÕES DOS QUATRO PILARES DA EDUCAÇÃO, DELORS (1998), (REFERENTE AO QUARTO OBJETIVO ESPECÍFICO)

- Em suas aulas de Empreendedorismo e de acordo com “Os Quatro Pilares da Educação para o século XXI, de Delors (1998), como você trabalha o Aprender a Ser?
- As situações didáticas vivenciadas em suas aulas, propiciam aos estudantes a dimensão do Aprender a Conhecer e Aprender a Fazer? De que forma?
- Em suas aulas de Empreendedorismo, a dimensão do Aprender a Conviver, são valorizadas? De que forma?
- Algo não foi perguntado nesta entrevista e que você gostaria de destacar sobre a sua experiência no tocante ao ensino de Empreendedorismo?

APÊNDICE C - Carta de aceite



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES

CARTA DE ACEITE

Declaramos, para fins de pesquisa, que concordamos em disponibilizar informações pedagógicas sobre a inclusão do componente curricular Projeto de Empreendedorismo no Ensino Médio, na Escola _____ situada a Rua _____ para o desenvolvimento das atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado:

A PERCEPÇÃO DOCENTE ACERCA DO COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE EMPREENDEDORISMO MINISTRADO NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Nome do Orientador: **Prof. Dr. Wagner Soares Fernandes dos Santos.**

Entrevista sob a responsabilidade da Pesquisadora: **Noêmia Karina Araújo da Silva**, aluna do Curso **Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes** da UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA.

Nome do Entrevistado

Graduação

CPF

E-mail

Recife, _____ de _____ 2016.

APÊNDICE D - TCLE
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre, A PERCEPÇÃO DOCENTE ACERCA DO COMPONENTE CURRICULAR PROJETO DE EMPREENDEDORISMO MINISTRADO NO ENSINO MÉDIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, e está sendo desenvolvida pela pesquisadora, NOÊMIA KARINA ARAÚJO DA SILVA, aluna do Curso de Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof.Dr. WAGNER SOARES FERNANDES DOS SANTOS.

O objetivo do estudo é: Analisar a percepção docente acerca do componente curricular Projeto de Empreendedorismo ministrado no Ensino Médio público do Estado de Pernambuco.

Solicitamos a sua colaboração para responder a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na elaboração e defesa da dissertação de Mestrado em Gestão das Organizações Aprendentes, e em eventos da área de educação e gestão e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que por se tratar de pesquisa com realização de entrevista com sujeitos, esta pesquisa oferece riscos mínimos ou imprevisíveis, conforme as orientações da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde-CNS.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura da Testemunha

Contato da Pesquisadora Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora

NOÊMIA KARINA ARAÚJO DA SILVA

Endereço (Setor de Trabalho): GRE RECIFE SUL

Telefone: 81 – 31822520

Ou

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba

Campus I - Cidade Universitária - 1º Andar – CEP 58051-900 – João Pessoa/PB

☎ (83) 3216-7791 – E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante

Obs.: O sujeito da pesquisa ou seu representante e o pesquisador responsável deverão rubricar todas as folhas do TCLE apondo suas assinaturas na última página do referido Termo.

ANEXOS

ANEXO A - Projeto de Lei nº 772, de 2015

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 772, DE 2015

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26.....

§10. Os currículos do ensino fundamental, anos finais, e do ensino médio incluirão o empreendedorismo como tema transversal.” (NR)

Art. 2º O art. 27 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 27.....

III – orientação para o trabalho e para o empreendedorismo;
.....”(NR)

Art. 3º O art. 43 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 43.....

VIII – estimular o empreendedorismo e a inovação, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção.”
(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A palavra “empreender” vem do latim *imprehendere*, que significa prender nas mãos, assumir, fazer. Trata-se, portanto, de vocábulo muito adequado a um tipo de educação que promova o protagonismo do educando, que lhe permita o fazer com as próprias mãos. Nosso modelo de ensino, no entanto, apesar do esforço de muitos educadores inovadores, está longe disso. Em geral, a escola brasileira promove a repetição e não a criatividade. Os reflexos sociais e econômicos desse paradigma são danosos, uma vez que ele tolhe aquilo que o brasileiro tem de melhor: a espontaneidade, a irreverência e a capacidade de criar.

É preciso romper essa lógica. Para isso, propomos que o empreendedorismo seja tratado no ensino fundamental, no ensino médio e no campo da educação superior.

A educação para o empreendedorismo não tem a pretensão de que todas as crianças e jovens se tornem empresários, pois a mentalidade empreendedora não é necessária apenas no ambiente dos negócios. Qualquer atividade a que homens e mulheres se dediquem, para que sejam bem sucedidos, exige que adotem certas atitudes de criatividade, assertividade e busca da inovação. Isso vale tanto para o campo empresarial, para o setor público, para o voluntariado, quanto para o mundo artístico e até mesmo para a vida privada.

A par disso, o pensamento pedagógico moderno tem incorporado a visão de que a escola não deve desenvolver apenas competências cognitivas nas novas gerações. Pesquisas têm demonstrado que o sucesso escolar está muitas vezes relacionado a características sócio emocionais que vão muito além do domínio de certos conteúdos.

Essas competências se referem a questões como abertura para novas experiências, extroversão, liderança, consciência e outros predicados pessoais que são tão importantes para o sucesso escolar e profissional quanto o acúmulo de conhecimentos.

São esses tipos de habilidades, subentendidas numa visão ampla de empreendedorismo, que pode ajudar a liberar as capacidades de iniciativa, persistência e resiliência, tão importantes para quem quer construir algo novo, seja escrever um livro, montar uma startup ou cooperar para a solução de um problema social.

O empreendedorismo pode, portanto, contribuir para que os jovens elaborem projetos de vida, lançando-se para o futuro, ao invés de ficarem presos às circunstâncias do presente.

Evidentemente, é preciso também propiciar uma atmosfera amigável e receptiva à inovação e ao florescimento de ideias não convencionais para que o empreendedor não seja visto como um obstáculo, um estorvo que precisa ser controlado. Esse tipo de

ambiente depende de toda uma configuração cultural e institucional favorável, o que não se faz de uma hora para outra. Entretanto, o ensino dessas habilidades na escola pode criar um clima adequado ao inovador, ajudando a disseminar a consciência de que o indivíduo de ideias originais, mesmo que a princípio pareçam “malucas”, deve ser incentivado ao invés de ser podado.

Por fim, note-se que nossa proposição dispõe sobre o empreendedorismo como tema transversal, em sintonia com o que determina o Conselho Nacional de Educação a respeito de modificações no currículo escolar no Parecer CNE/CEB nº 13, de 4 de agosto de 2010. Destaque-se, ademais, que a Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, promoveu alteração na LDB para introduzir conteúdos relativos aos direitos humanos como tema transversal, demonstrando que esta estratégia de modificação curricular encontra-se em harmonia com o ordenamento jurídico da área.

Assim, em virtude do impacto do tema para o bem-estar coletivo e para o fortalecimento da cultura empreendedora na educação e no país, solicitamos dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ AGRIPINO

ANEXO B - Matrizes curriculares de referência do ensino médio

MATRIZ CURRICULAR DE REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO SEMI – INTEGRAL - 2011

ESCOLA:
ENDEREÇO:
CADASTRO ESCOLAR:

DIAS LETIVOS ANUAIS	200	DURAÇÃO DA HORA AULA	50 MIN
DIAS LETIVOS SEMANAIS	05	ANO DE IMPLANTAÇÃO	2011
MODULO	40	TURNOS	DIURNO
CARGA HORÁRIA TOTAL	4.200		

BASE LEGAL	ÁREAS DE CONHECIMENTOS	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS			CH
			1º.	2º.	3º.	
LEI FEDERAL Nº 9394/96; PARECER CNE/CEB Nº 15/98; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 03/98; Resolução CNE/CEB 7/2010 Resolução nº 4/2010	LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	6	6	6	720
		Educação Física	2	2	2	240
		Arte	2	1	1	160
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática (1)	6	6	6	720
		Química (1)	3	3	3	360
		Física (1)	3	4	4	440
		Biologia (1)	3	3	3	360
		História	2	2	2	240
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	Geografia	2	2	2	240
		Filosofia	1	1	1	120
		Sociologia	1	1	1	120
		TOTAL DA BASE NACIONAL COMUM	31	31	31	3.720
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Espanhol / Inglês/Francês	2	2	2	240
		Projeto de Empreendedorismo	2	2	2	240
		TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	4	4	4	480
	TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA		35	35	35	4.200

(1) Da carga horária semanal destas disciplinas 1 hora aula é destinada a Prática em Laboratório;

MATRIZ CURRICULAR DE REFERÊNCIA DO ENSINO MÉDIO INTEGRAL – 2011

ESCOLA:
ENDEREÇO:
CADASTRO ESCOLAR:

DIAS LETIVOS ANUAIS	200	DURAÇÃO DA HORA AULA	50 MIN
DIAS LETIVOS SEMANAIS	05	ANO DE IMPLANTAÇÃO	2011
MODULO	40	TURNOS	DIURNO
CARGA HORÁRIA TOTAL	5.400		

BASE LEGAL	ÁREAS DE CONHECIMENTOS	COMPONENTES CURRICULARES	ANOS			CH
			1º.	2º.	3º.	
LEI FEDERAL Nº 9394/96; PARECER CNE/CEB Nº 15/98; RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 03/98; Resolução CNE/CEB 7/2010 Resolução nº 4/2010	LINGUAGENS CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS	Língua Portuguesa	6	6	6	720
		Educação Física	2	2	2	240
		Arte	2	1	1	160
	CIÊNCIAS DA NATUREZA, MATEMÁTICA E SUAS TECNOLOGIAS	Matemática (1)	6	6	6	720
		Química (1)	3	3	3	360
		Física (1)	3	4	4	440
		Biologia (1)	3	3	3	360
		História	2	2	2	240
	CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS	Geografia	2	2	2	240
		Filosofia	1	1	1	120
		Sociologia	1	1	1	120
		TOTAL DA BASE NACIONAL COMUM	31	31	31	3.720
	PARTE DIVERSIFICADA	Língua Estrangeira Espanhol / Inglês/ Francês	2	2	2	240
		Projeto de Empreendedorismo	2	2	2	240
		TOTAL DA PARTE DIVERSIFICADA	4	4	4	480
	ATIVIDADES COMPLEMENTARES (2)		10	10	10	1.200
	TOTAL GERAL DA CARGA HORÁRIA		45	45	45	5400

(1) Da carga horária semanal destas disciplinas 1 hora aula é destinada a Prática em Laboratório;

(2) Esta carga horária destina-se a Oficina, Estudo e Pesquisa.

Fonte: PERNAMBUCO, Instrução Normativa nº 02, de 14 de janeiro de 2011. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo.** Pernambuco: 2011.